

# Revolução

# 1971

## PRIMEIRA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

**7 DE NOVEMBRO DE 1971**  
**A PRIMEIRA OPERAÇÃO DAS BRIGADAS**

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

## COMO ACTUAM OS FASCISTAS

O jornal «O Raio» publicação muito suspeita surgida depois do 25 de Abril, cujas origens e características detalhamos no nosso número 17, tem movido contra o «Revolução» uma campanha própria de quem defende a sua classe contra aquilo que eles consideram ladrões de Bancos. Não respondemos às calúnias de toda a espécie vindas a público nesse jornal e que apenas nos parecem poder ser consideradas, elas sim, como delicto comum. Mas há um testemunho que desejamos dar. Dissemos nós que o desenhista Vasco deixara de colaborar naquele jornal, porque se solidarizara connosco. Em seguida «O Raio» vem desmentir isso, metendo esse desmentido no seu rol de calúnias. Transcrevemos do n.º 17 do jornal «O Raio»: «5.º) — É absolutamente falso que Vasco se tenha solidarizado com o «Revolução». Continua a ser colaborador de «O Raio» como facilmente se pode constatar».

Mas Vasco escreveu-nos. A sua carta e o seu gesto de solidariedade aí vão e aí ficam como demonstração do que é um homem honesto e do que é um bando de oportunistas.

22 Outubro 74

Aos camaradas do jornal «Revolução»:

Para que não haja mais dúvidas ou especulações (conforme notícia no «Raio» de 21 de Outubro) venho reafirmar-vos, como já tinha feito, que não sou mais colaborador do citado jornal, e que estou absolutamente solidário convosco face aos ataques de que «Revolução» foi objecto nesse jornal.

Agradecia, dado que o meu nome foi citado neste caso, que de tal fossem informados os vossos leitores.

Com as minhas saudações fraternais.

VASCO

## COMÍCIOS E DEBATES DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

ALJUSTREL

No dia 24 de Outubro teve lugar em Aljustrel uma sessão de esclarecimento, com debate público em que participaram as seguintes organizações: PS, MES, MDP/CDE e PRP-BR.

Mas como já vem sendo hábito isto não se passou sem uma provocação reformista. Tendo sido convidado o PC para a mesma sessão, com três semanas de antecedência, respondeu que depois daria uma resposta definitiva. Assim foi respondendo até à antevéspera do dia indicado, altura em que os promotores resolveram fazer propaganda da sessão. No dia seguinte a Comissão Conselheira do PC surgiu com o comunicado que se passa a transcrever:

COMUNICADO

A propósito duns avisos que apareceram colados em algumas paredes de Aljustrel, anunciando uma sessão política em que participariam várias organizações, incluindo o Partido Comunista Português, temos a esclarecer o seguinte:

1.º A Comissão Concelhia de Aljustrel do Partido Comunista Português NÃO APOIA a realização dessa iniciativa, dado que nela participa pelo menos um grupo que desde o 25 de Abril tem-se repetidas vezes manifestado contra a consolidação da actual situação democrática, procurando romper a unidade das massas populares e a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas.

2.º A Comissão Concelhia de Aljustrel do P.C.P. alerta a classe operária, os trabalhadores e os democratas da vila de Aljustrel, contra os grupos cuja actividade se limita quase exclusivamente a combater o Partido Comunista Português, tarefa em que são auxiliares — e valiosos — da campanha anticomunista dos meios mais reacçãoários do grande capital e dos latifundiários.

3.º A Comissão Concelhia de Aljustrel do P.C.P. denuncia o procedimento de promotores dessa sessão, que num esforço de se insinuarem entre os trabalhadores e melhor realizarem a sua actividade de divisão da classe operária, chegaram ao ponto de assinarem os avisos da sessão com a sigla do P.C.P., o que é inteiramente falso,

pois desde a primeira hora havíamos tornado clara a nossa posição de não darmos cobertura a actividades anti-comunistas e de divisão dos trabalhadores.

Tal procedimento é bem revelador dos «métodos» a que recorrem certos grupos, para organizarem a sua actividade de sapa.

A Comissão Concelhia de Aljustrel do Partido Comunista Português

Este documento provocou como é natural uma reacção de enervamento e revolta entre os promotores e outros habitantes, mas a sessão acabou por se realizar com grande êxito, enchendo-se completamente a sala da Associação dos Mineiros Livres de Aljustrel (com cerca de 400 pessoas) e decorrendo até tarde com grande participação dos presentes, mineiros na sua maioria.

GRANDE COMÍCIO EM ÉVORA

Encheu-se completamente o Teatro Garcia de Resende, em Évora, com cerca de 600 pessoas para assistir ao comício do PRP, no dia 27 de Outubro. Falaram os camaradas Pedro Goulart e Carlos Antunes, da Comissão Política do Partido e dois camaradas da Organização Regional de Évora: um camarada da construção civil e um camarada dos CTT, tendo este último presidido à reunião.

Após estas intervenções houve largo debate em que se falou do problema da exploração capitalista, dos órgãos do poder na sociedade socialista, da organização imediata dos trabalhadores, da passagem violenta para o socialismo, do que é ou não a «democracia». Os presentes participaram largamente no debate, dirigindo-se alguns ao palco e falando outros da assistência. Por várias vezes foi pedida a opinião do PRP a respeito de outros partidos, sendo as respostas necessariamente limitadas porque o PRP reafirmou e continua a defender que só lhe interessa fazer críticas na presença de outros partidos, convidando-os para isso a um debate público face aos trabalhadores.

OLHÃO

Realizou-se um comício na S. F. U. O. (Música Nova) no dia 2 de Novembro, sábado. O camarada Pedro Goulart representou aqui a Direcção do PRP. Estiveram presentes na mesa camaradas da Direcção Regional de Lisboa, da Organização de Évora e da Célula de Olhão. Discutiram-se problemas da organização dos trabalhadores, particularmente o problema da criação do partido.

ALDEIA DE ENTRADA (Beja)

O PRP realizou uma sessão de esclarecimento nesta aldeia, no dia

2 de Novembro, sábado.

Sobre esta sessão que decorreu normalmente, há que dizer que mais uma vez saíram frustradas as intenções de certos senhores... Na véspera, um pequeno grupo andou a rasgar os cartazes e a fazer correr o boato de que se tratava de uma organização de direita. Na sessão o público denunciou os autores da proeza: são sempre os mesmos...

Porque se recusam a discutir com o PRP em debates públicos e prosseguem nestes hábitos de provocação, que só lembram os velhos tempos fascistas?

Nós não provocamos as sessões de ninguém! Nem concorremos com ninguém! Nem estamos de acordo que, por exemplo, o P. C. P. não tenha conseguido fazer o seu comício em Olhão, só porque na sala havia discordantes manifestando-se.

PRAIAS DO SADO

Destá vez a provocação veio dos sectores mais à direita...

O PRP-BR fez uma sessão de esclarecimento no Centro Social de Praias do Sado, sociedade recreativa para sócios. Como este Centro pertencera anteriormente ao padre, figura com a qual a população tem graves desentendimentos, esse clérigo resolveu levantar os impedimentos que pôde.

Foi assim que no princípio apareceu a GNR dizendo que a sessão não se poderia realizar, visto que os promotores não tinham participado ao Governo Civil. Explicaram então aos dois guardas que se tratava dum caso privada e não pública e que por isso não havia que participar. E entretanto pediu-se o ofício do Governador Civil a proibir a sessão e verificou-se que este não existia...

Mas de novo, durante a sessão, apareceu um capitão da GNR acompanhado de um quadro do exército.

Leu-se então a lei, onde está bem explícito que o aviso ao Governador Civil deve ser feito apenas quando se trata de lugares públicos, com o que os oficiais em questão estiveram de acordo. E ficou tudo esclarecido.

Tudo? Alguns dias depois apareceram em casa de um dos camaradas responsáveis por Setúbal dois guardas da GNR identificando-o. Que mais se vai passar? Entretanto as relações só faziam era piorar, entre os habitantes e o padre de Praias do Sado, padre este que não suportam pelas suas atitudes reacçãoárias.

Esta sessão de esclarecimento em Praias do Sado de grande utilidade para esclarecer, — tal como foi dito pelos presentes. Nela se focaram os problemas da exploração capitalista, do socialismo, do poder dos trabalhadores, da táctica a seguir, lutas nos locais de trabalho. Quem quiz, fez perguntas e todas foram respondidas. Quem quer impedir que isto se faça? Quem tem interesse que os trabalhadores não se esclareçam?

O PRP-BR lutará sempre pelo esclarecimento e está disposto a combater as manobras reacçãoárias daqueles que têm no seu passado um pesado fardo fascista, mesmo que agora se digam democratas,

## CINCO MIL FICHAS PARA O FUTURO

A lei dos partidos promete necessidade de cinco mil proponentes para a legalização do partido. Para quem acredite que a situação portuguesa é extremamente instável, para quem pense, que o 28 de Setembro foi um ameaça sério e não uma brincadeira, esta disposição legal deve tomar-se como uma ratoeira.

Pensarão os legisladores que no caso de haver um golpe de direita se vai oferecer de graça pelo menos cinco mil pessoas de cada partido de esquerda?

Quererão os legisladores oferecer a possibilidade de cinco mil vítimas por cada partido político?

É evidente que não se preocuparão com isto os partidos de direita. A cabeça dos seus militantes não corre risco.

Como é que foi elaborada esta lei? Quem é responsável pelo risco de oferecer cinco mil nomes aos possíveis carrascos de um qualquer golpe à Chilena?

Decerto que os homens do PPD não se preocupam com tal medida. Se houver um golpe de direita estarão em suas casas remoendo a melhor maneira de se adaptarem (e colaborar) na nova situação, enquanto outros farão número no Estádio Nacional.

Quanto aos partidos reformistas da coligação governamental é loucura jogar de tal modo na estabilidade da democracia burguesa, dispondo-se assim a dar cinco mil dos seus militantes à incerteza do futuro!

Esta loucura e esta cegueira pode custar cara. A situação portuguesa, devido à crise económica do capitalismo, é propícia a grandes alterações no sentido do socialismo, mas também é propícia a um golpe de direita. E um golpe de direita pode atingir várias formas, desde as mais suaves, tipo "Palma Carlos" até às mais sanguinárias. E pode, pela própria natureza de "desforra" da situação actual, atingir graus terríveis como aconteceu na Espanha de Franco no fim da Guerra, na Indonésia, no Chile.

Este momento deverá ser para os trabalhadores um momento de organização para o combate ao capitalismo e para a tomada do poder.

É justo dar cinco mil nomes, para alguns legistas, para fins eleitorais? É isso organização?

Será esta uma forma de não permitir aos partidos revolucionários uma existência legal? Será isto um desafio (uma provocação?) para os partidos revolucionários correrem o risco?

Uma coisa é certa: Se houver um golpe de direita não serve de nada pedir contas, ninguém pede contas e não há ninguém a quem pedir.

O JORNAL «REVOLUÇÃO» FALTOU UMA SEMANA POR IMPOSSIBILIDADES TÉCNICAS DEVIDO AO FERIADO DO DIA 1 DE NOVEMBRO, DO QUE PEDIMOS DESCULPA AOS NOSSOS LEITORES E ASSINANTES.

COMPENSAMOS ESTA FALTA, SAINDO DUAS SEMANAS COM 12 PAGINAS, ESTA FORMA DE SAÍDA DO JORNAL VAI CONSTITUIR TAMBÉM UMA EXPERIÊNCIA PARA O FUTURO, QUANTO AO NÚMERO DE PAGINAS.

## PRÓXIMOS COMÍCIOS

NEVES (Casa do Povo)	— Beja, dia 7
BOAVISTA (Casa do Povo)	— Beja, dia 8
LEIRIA (Pavilhão dos Desportos)	dia 8
PALHAVA (Setúbal)	dia 8
PAREDE (S. M. U. P.)	dia 15

# 7 DE NOVEMBRO DE 1971

## A PRIMEIRA OPERAÇÃO DAS BRIGADAS

No dia 7 de Novembro, faz 57 anos que se deu a primeira Revolução Socialista do mundo, data que, por isso tem uma importância extraordinária para a classe operária, para todos os comunistas.

Nesse mesmo dia, faz também 3 anos que as Brigadas Revolucionárias realizaram a sua primeira acção, que foi o início de um processo de luta novo, de uma forma nova de intervenção política no nosso país.

Ao passar esta data, não podíamos deixar de lembrar estes dois acontecimentos. Para isso entrevistámos o camarada Carlos Antunes, que nos fala do 7 de Novembro de 1917, do 7 de Novembro de 1971 e das Brigadas Revolucionárias.

"Revolução" — Como sabes, no dia 7 de Novembro é o 57.º aniversário da Revolução Russa e, por outro lado, faz 3 anos que as Brigadas Revolucionárias fizeram a primeira acção. Será isso uma coincidência?

CA — Não, não houve coincidência. Efectivamente o 7 de Novembro é uma data histórica, extremamente importante para os trabalhadores de todo o mundo. Marca o triunfo da primeira revolução proletária e naturalmente que isso teve e tem uma influência em todos os revolucionários de todos os países. Assim, a primeira acção das Brigadas correspondeu ao desenvolvimento da luta de classes no nosso país e a escola dessa data marca a nossa acção e dá-lhe um carácter profundamente anti-imperialista. Ao mesmo tempo que mostra o espírito de classe das Brigadas Revolucionárias, mostra também o seu espírito internacionalista, como se poderá constatar pelo comunicado publicado nessa altura.

Para nós, desde o primeiro momento que entendemos que o internacionalismo proletário era em primeiro lugar o dever do proletariado dum determinado país e da sua vanguarda, de fazer a Revolução nesse país. Portanto com essa acção, nós queríamos estar presentes, não só na luta de classes em Portugal como para mostrar a nossa fidelidade ao internacionalismo proletário.

"Revolução" — Foi portanto dessa forma que vocês pretendiam comemorar a Revolução Russa?

CA — No sentido da comemoração, não é verdade. Temos procurado manter-nos fiéis à ideia de que não há formas de comemorar datas, a não ser criando novas datas, quer dizer, desenvolvendo o trabalho revolucionário. A Revolução de Outubro é uma inspiração para todos os revolucionários do mundo e para os trabalhadores, que mostra que se ela foi possível realizar-se num país atrasado — e foi possível realizar-se pela participação activa de milhões de trabalhadores, organizados em Conselhos, Soviets — isso significa que 57 anos depois, ela é possível realizar-se no nosso país, é possível realizar-se à escala mundial. Não é uma coincidência, repito, mas também não é uma forma de comemorar a Revolução de Outubro. É uma forma de prosseguir o combate, de prosseguir a lição da Revolução de Outubro.

"Revolução" — O objectivo escolhido foi a base da NATO, na

Fonte da Telha. Explica o porquê da escolha desse objectivo.

CA — A NATO representa na Europa o instrumento de agressão do imperialismo americano, aliado aos imperialistas europeus. Esta base era extremamente importante no conjunto dos meios de ataque do imperialismo americano. Basta dizer que era a única base fora dos Estados Unidos, para telecommando de foguetões portadores de ogivas nucleares.

Nessa medida era um objectivo extremamente importante, não só para os trabalhadores portugueses como para os trabalhadores europeus, como para a paz mundial. É assim que escolhemos essa base por aquilo que ela representava da possibilidade de agressão do imperialismo.

É preciso dizer que essa base era desconhecida em Portugal, visto que se tratava de uma base secreta.

extremamente curioso. Depois do comunicado das Brigadas aparecer a reivindicar essa acção, o Governo Português, através do Dutra Faria, veio à televisão dizer que se tratava de uma fantasia a realizaçãodessa acção, visto que essa base não existia. Só um ano depois ou mais, é que a PIDE acabou por confessar que as Brigadas Revolucionárias tinham destruído essa base. Isto, na medida em que o facto se tornou muito conhecido em Portugal e no mundo, com referências em vários jornais, mesmo nos jornais reaccionários, que assinalavam a importância das Brigadas terem atingido este objectivo.

"Revolução" — Podes contar como decorreu a acção?

CA — difícil fazer uma descrição dessa acção. Porque há motivos que ainda hoje continuam a conservar-se secretos. Ainda hoje o inimigo não sabe como foi possível termos atingido esse objectivo sem baixas e termos conseguido destruir completamente essa base. Há todo um aspecto, digamos, secreto, que a nós, mesmo nas condições actuais, se deve manter. O imperialismo existe. O inimigo de classe, o inimigo fascista existe.

A única coisa de que te posso falar, é do que isso repre sentou para as Brigadas e para a luta em Portugal. Por um lado, essa importante acção foi o culminar de uma primeira fase de um trabalho intenso dos camaradas que criaram as Brigadas Revolucionárias. Um trabalho de organização a todos os níveis, mesmo no interior do exército português e não só. Os pides hoje interrogados, dizem que na altura, tinham descoberto que os métodos utilizados, o explosivo, — e já falaremos do explosivo mais adiante — revelavam uma organização nova. Preocupados com a situação, prenderam e interrogaram muita gente, mas não conseguiram detectar como e quem conseguiu realizar a acção.

Disse que ia falar do explosivo pelo seguinte: com o explosivo passa-se um facto importante para as Brigadas. Foram utilizados 50 kilos de explosivo e nesse momento, portanto no seu início, as Brigadas tinham conseguido recuperar de vários locais, 7 Kilos. Mas a base, dada a sua dimensão, exigia um mínimo de 50 Kilos, para ser destruída. Este foi um grave problema porque, ao contrário do

que fazia crer a propaganda fascista, as Brigadas não foram nunca ajudadas do exterior.

Portanto pós-seaquestão de como resolver este problema. E a única solução possível foi termos nós próprios fabricado, durante dias e dias, o explosivo. Isto marca também o espírito das Brigadas, no sentido de que os seus próprios meios deviam ser conquistados por elas. Para nós era extremamente importante caminharmos sobre as nossas próprias pernas.

Em relação à acção e aos resultados dela para a organização, eles foram extremamente importantes, pois deram a todos nós confiança na possibilidade de continuar. De continuar, de certa forma, sem espírito militarista. Mas antes com espírito de análise da conjuntura a cada momento e dum trabalho sério de organização nos próprios locais onde pretendíamos realizar as acções.

Entretanto, é preciso dizê-lo, nesta acção houve várias coisas que não se passaram como estavam previstas. E foram analisadas e corrigidas. Por exemplo, hoje podemos falar nisso, todos os meios de defesa falharam por culpa dos camaradas que estavam encarregados da cobertura da acção. Foi necessária muita determinação de todos os camaradas para, em plena acção a levar para a frente. Por outro lado, ficaram a descoberto na própria retirada o que foi um facto extremamente grave que podia ter causado baixas, que naturalmente se iam se iriam reflectir no desenvolvimento do processo das Brigadas. Basta dizer que a brigada que realizou esta acção, se viu sujeita a ter que fazer mais de 30 quilómetros a pé. Isto já depois da explosão se ter dado. Jogou um factor importante que foi o da explosão não se ter ouvido a grande distância, dado que a base é subterrânea e, portanto, a onda de choque ficou no seu interior. Dai esses camaradas não terem sido presos.

Nesta acção nem tudo foi positivo, mas o importante é que todos os camaradas compreenderam que estavam a apreender e rapidamente essas graves deficiências foram corrigidas. Verificou-se que nem todos os homens que estão sinceramente dispostos à luta armada são capazes de ter coragem, no momento da acção para a praticar. Até nesse aspecto foi importante, para sabermos com quem contávamos e com quem não contávamos. Isto são, em linhas gerais, os aspectos que se podem referir desta acção.

Saliento, entretanto, que ela corresponde a um momento em que praticamente todos os camaradas da organização se mobilizaram para que ela fosse possível. E corresponde a um grande trabalho da organização, não só ao nível da acção armada como ao nível político, de informação, de organização e de encontrar meios. "Revolução" — Particistepressa acção?

CA — Acho que isso não tem muita importância. Mas com efeito, participei e fui o camarada responsável pela brigada que actuou. É o lógico, dentro do processo e da forma como estavam organizadas as brigadas.

"Revolução" — O que é que isso representou para ti?

CA — O que representou para

mim, é um problema individual. Mas sob esse ponto de vista, representa o corte de um passado, de uma determinada forma de fazer política. Representa aquilo que muitas vezes disse em reuniões: que os militantes políticos, os militantes revolucionários, têm de ser capazes de estar presentes não só como organizadores, mas também fisicamente em todo o tipo de luta revolucionária. E nessa medida, foi para mim o baptismo e o corte com determinado passado.

"Revolução" — Há um certo espaço de tempo que decorre desde a formação das Brigadas, em 1970, até à primeira acção. A que é que isso se deve? A problemas de organização, de estruturação, ou, como dissteste à boca do, de aquisição de meios?

CA — Está ligado à aquisição de meios, está ligado à falta de experiência que tinham todos os camaradas que formam as brigadas, desta forma de luta, está ligado ao facto de nós considerarmos que era necessário garantir não só a primeira acção, mas também a continuidade.

Isto funcionava paranós como uma obsessão, que com o desaparecimento de um ou mais camaradas, por mais responsáveis que eles fossem, o processo não parasse. Está ligado ao problema da acumulação de meios, não só técnicos como, e fundamentalmente, orgânicos. Dai, desde o início da criação das Brigadas até à primeira acção, mediar um certo tempo que não nos parece que tenha sido longo, para quem começa praticamente do zero — zero em conhecimento, zero em meios, zero em quadros para este tipo de luta e de acção revolucionária. Naturalmente que essa acção foi para nós um baptismo que significou a possibilidade de fazer um balanço daquilo que tínhamos feito de positivo e daquilo que tínhamos feito de negativo. Mas é curioso, que, apesar de tudo, oito dias depois estávamos a fazer uma nova acção. Quer dizer que tínhamos acumulado meios orgânicos, meios políticos e meios técnicos, capazes de iniciar o processo das Brigadas com uma

certa continuidade.

"Revolução" — Em que contexto aparecem as Brigadas?

CA — Aparecem num contexto político determinado, fundamentalmente pelas necessidades objectivas da luta em Portugal. Eram visíveis as contradições dentro do regime fascista e a necessidade de opôr à forma da repressão terrorista do inimigo, uma forma revolucionária violenta. Nessa medida, dentro das organizações existentes em Portugal, travou-se um combate durante anos, no sentido de desenvolver esta forma de luta. São conhecidas as posições desses grupos, dessas organizações, de tentarem por todos os meios adiar o desencadeamento da acção armada.

Para nós militantes revolucionários, era fundamental desencadear esse processo de luta, visto que não teria sentido de outra forma, dizer-se que só conseguíamos derrubar o fascismo de uma forma violenta. Para que isso fosse verdade, era necessário iniciar um processo de violência. Porque não é num dia, numa hora determinada que militantes sem nenhuma espécie de experiência podem conduzir as massas num processo insurreccional violento.

Naturalmente que isto deu grandes rupturas, dentro dessas organizações e assim, para alguns de nós, se transforma num objectivo a criação de destacamentos de trabalhadores, no sentido de praticarem a violência. Hoje está claro para toda a gente, que não se tratava de nenhuma espécie de aventurismo mas tratava-se de uma necessidade real do processo revolucionário em Portugal. E será difícil, depois do 25 de Abril, contestar a justeza dessa orientação. Mas eu penso que com a publicação do Dossier das Brigadas, que ai dentro de dias, este e outros aspectos das Brigadas serão detalhados no sentido de se tornar conhecido o mais rapidamente possível, porque nos parece uma experiência extremamente importante para o movimento revolucionário português e experiência que não deixará de marcar

## DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONARIAS



á venda

# ARGEL vinte anos depois

O povo argelino comemorou no passado dia 1 de Novembro o 20º Aniversário do início da sua luta armada pela libertação total do país, subjugado pelo colonialismo francês, cujo império se começara a desintegrar.

Em 1 de Novembro de 1954, as forças nacionalistas consequentes, até aí reunificadas no C.R.U.A. (Comité Revolucionário de Unidade e Acção), desencadearam ataques simultâneos em vários pontos do território, provocando várias baixas, em postos administrativos, quartéis de polícia e do exército franceses, chegando a isolar localidades nas zonas montanhosas. Era o começo de uma guerra revolucionária de libertação nacional que iria mobilizar todo o povo argelino em redor da sua vanguarda política, a FLN (Frente de Libertação Nacional) que, nessa data, concretiza a vontade de milhões de patriotas explorados e oprimidos durante 124 anos por um colonialismo já decadente. Guerra que vai trazer milhares de vítimas de parte a parte mas em que o povo argelino sacrifica os seus melhores filhos numa luta, que se vai prolongar durante oito anos, lançando a França num confronto militar gigantesco em que toda a

sua capacidade bélica não consegue derrubar a força e a vontade de um povo em armas, tal como o não conseguira então com o povo heróico do Vietname.

A metrópole vai responder aos actos do 1º de Novembro com uma atitude cega e intransigente recusando a um povo com características nacionais próprias a sua independência total, tentando contrariar o desenvolvimento histórico do movimento de libertação dos povos colonizados. Em Paris, um governo de "esquerda" vai tomar posições que não se podem considerar muito progressistas: o socialista François Mitterrand, então ministro da Justiça, considera, por exemplo, que a única resposta ao 1º de Novembro é a guerra!... O mesmo se passando a nível do P.C. francês onde o seu dirigente e teórico Maurice Thorez chegou ao ponto de dizer que a nação argelina não existia... O problema argelino e a sua manutenção, tanto pela posição de absoluta intransigência da parte francesa, como pela resistência histórica desse punhado de homens que desencadeara o 1º de Novembro e vai conquistando gradualmente todo o Povo para a causa nacionalista, vai provocar a



queda de vários governos em Paris lançando a França numa das maiores crises políticas com que se tem confrontado. A luta de libertação nacional do povo argelino, iniciada nessa data, é um passo fundamental para a libertação do continente africano de

que ela é pioneira no meio de luta utilizado: a luta armada, a violência revolucionária como única resposta à violência reaccionária do colonialismo, que impedira todos os meios pacíficos de luta pela causa nacionalista. Ela constituiu um exemplo de tenacidade e determinação para todas as lutas de libertação nacional que se lhe seguiram no tempo, em todos os continentes, mas, com uma incidência especial em África, onde a nação argelina se tem destacado como uma base anti-colonialista e anti-imperialista consequente, assumindo a figura de proa do Movimento dos países não alinhados. Na actualidade, o exemplo argelino, que se tornou também na primeira guerra de libertação do mundo árabe, aponta para a posição justa no conflito do Médio-Oriente defendendo toda e qualquer concessão às posições que servem objectivamente o sionismo e o imperialismo internacional. Também os revolucionários portugueses, no seu combate anti-fascista, tiveram por parte do povo argelino e dos seus dirigentes um exemplo e um apoio real expressado da sua consequente solidariedade anti-imperialista.

## F.L.N. Proclamação do 1º de Novembro de 1954

Pelo seu interesse histórico como documento fundamental na luta do povo argelino transcrevemos a proclamação tornada pública pela FLN no dia 1 de Novembro de 1954:

### "PROCLAMAÇÃO DO 1º DE NOVEMBRO DE 1954

Povo argelino, militantes da causa nacional.

A vós que sois chamados a julgar-nos os primeiros de um modo geral e os segundos especificamente, o nosso cuidado em difundir a presente proclamação é o de vos esclarecer das razões profundas que nos levam a agir expondo-vos o nosso programa, o sentido da nossa acção, o fundamento dos nossos pontos de vista, cujo objectivo é a independência nacional no contexto norte-africano. O nosso desejo é também o de evitar a confusão que vos poderá provocar o imperialismo, seus agentes administrativos e outros "políticos" suspeitos.

Consideramos antes de tudo que depois de decênios de luta, o Movimento Nacional chegou à sua fase de concretização. Com efeito, o objectivo dum movimento revolucionário é o de criar todas as condições duma acção de libertação, em que nos seus aspectos internos, o povo está unido à volta da palavra de ordem de independência e acção e, nos seus aspectos exteriores o clima de expansão é favorável à resolução dos problemas menores, dos quais o nosso, sobretudo com o apoio diplomático dos nossos irmãos árabes-muçulmanos.

Os acontecimentos em Marrocos e Tunisia são neste ponto signi-

ficativos e marcam profundamente o processo de luta de libertação da África do Norte. É de salientar que neste domínio nós fomos durante muito tempo os percursos da unidade na acção, infelizmente nunca realizada entre os três países.

Hoje, quer uns quer outros estão comprometidos resolutamente nesta via, e nós, relegados para trás, experimentamos a sorte daqueles que foram ultrapassados. É assim que o nosso Movimento Nacional, soterrado por anos de imobilismo e de rotina, mal orientado, privado do apoio indispensável da opinião popular, ultrapassado pelos acontecimentos, desagregase-se progressivamente para grande satisfação do colonialismo que crê ter obtido a sua maior vitória sobre a vanguarda argelina.

A hora é grave! Perante esta situação que poderá tornar-se irreparável, uma equipa de jovens responsáveis e militantes conscientes reunindo à sua volta o maior número de elementos válidos e decididos, analisou a situação presente a fim de o movimento sair do impasse a que foi levado pelas lutas pessoais e de influências, para o lançar na verdadeira luta revolucionária ao lado dos nossos irmãos marroquinos e tunisinos.

Nós temos com efeito de precisar que somos independentes dos dois clans que disputam o poder. Pondo o interesse nacional, acima de todas as considerações pessoais, mesquinhas e falsas e de ilusões, conforme os princípios revolucionários, a nossa acção é dirigida unicamente contra o colonialismo, único inimigo cego, que recusou sempre conceder a mínima liberdade por meios pacíficos.

Eis, pensamos nós, as razões suficientes que fazem com que o

nosso movimento se apresente com a sigla FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, emancipando-se assim de todos compromissos possíveis, oferecendo a possibilidade a todos os patriotas argelinos de odiar as condições nacionais, de todos os partidos e movimentos puramente argelinos se integrarem na luta de libertação sem outras considerações.

Para precisar, vamos repetir aqui as grandes linhas do nosso programa político:

OBJECTIVO FINAL: Independência nacional para:

1. A restauração do Estado Argelino independente, democrático e social no quadro dos princípios islâmicos.

2. O respeito por todas as liberdades fundamentais sem distinção de raças ou credos.

OBJECTIVOS INTERNOS:

1. Saneamento da situação política colocando o movimento nacional revolucionário na sua verdadeira via, pela destruição de todos os vestígios de corrupção e de reformismo, causas do nosso actual retrocesso.

2. Unificação e organização de todas as energias válidas do povo argelino para a liquidação do sistema colonial.

OBJECTIVOS EXTERNOS: Internacionalização do problema argelino.

Realização da unidade norte-africana no seu quadro natural árabe-muçulmano.

No quadro da carta das Nações Unidas, afirmação da nossa simpatia a qualquer nação que apoie a nossa acção libertadora.

MEIOS DE LUTA:

De acordo com os princípios revolucionários e tendo em conta as situações internas e externas, a continuação da luta por todos os

meios até à realização do nosso objectivo.

Para a realização destes fins, a Frente de Libertação Nacional, terá duas tarefas essenciais a conduzir de imediato e simultaneamente: uma acção interna quer no plano político quer no plano de acção propriamente dita, e uma acção externa com vista a tornar o problema argelino uma realidade para o mundo inteiro, com o apoio de todos os nossos aliados naturais.



É uma tarefa imensa que necessita da mobilização de todas as energias e todos os recursos nacionais. É um facto que a luta será longa mas a vitória é certa.

Por último e a fim de evitar as falsas interpretações, e as falsas soluções, e para provar o nosso desejo real de paz, de delimitar a perda de discussão com as autoridades francesas se estas estiverem animadas de boa fé e reconhecerem, de uma vez por todas, aos povos que elas subjugam, direito de disporem de si próprios.

1. O reconhecimento da nacionalidade argelina por uma declaração oficial revogando os

editais, decretos e leis que fazem da Argélia uma terra francesa, contrariando a história, a geografia, a língua, a religião e os costumes do povo argelino.

2. Abertura de negociações com representantes autorizados do povo argelino na base do reconhecimento da soberania argelina, una e indivisível.

3. Criação dum clima de confiança pela libertação de todos os presos políticos, levantamento de todas as medidas de excepção e o cessar de todas as perseguições contra as forças combatentes.

EM CONTRA PARTIDA:

1. Os interesses franceses culturais e económicos honestamente adquiridos serão respeitados assim como as pessoas e suas famílias.

2. Todos os franceses que quiserem ficar terão de escolher entre a sua nacionalidade de origem e serão por tal, considerados estrangeiros de acordo com as leis em vigor, ou optarão pela nacionalidade argelina e neste caso serão considerados como tal em direitos e em deveres.

3. As relações da França com a Argélia serão definidas e serão objecto de acordo numa base de igualdade e respeito mútuo.

Argelino! convidamos-te a refletir sobre a nossa proclamação. Tens o dever de te juntar a nós para salvar o país e restituir-lhe a liberdade.

A Frente de Libertação Nacional é a tua frente, a sua vitória é tua. Quanto a nós decididos a prosseguir a luta, seguros dos teus sentimentos anti-imperialistas, daremos o melhor de nós mesmos à nossa Pátria.

1º de Novembro de 1954  
O SECRETARIADO NACIONAL

# no aniversário de C. Marighella

## ENTREVISTA COM O P.C.B. REVOLUCIONÁRIO

Por ocasião deste aniversário, da morte de Marighella publicamos uma entrevista com um dos homens que com ele saíram do Partido Comunista Brasileiro em 1967. No período que se seguiu, de intensa luta armada, muitas questões se puseram quanto à tática a seguir. Muitas questões se puseram quanto à forma de empregar a luta armada. E em consequência delas, divergiram muitos dos homens que em 1967 faziam o mesmo grupo. O dirigente que hoje entrevistamos separou-se de Marighella e com outros constituiu o P.C.B.R. (Partido comunista Brasileiro Revolucionário).

Nesta entrevista mantemos o seu anonimato visto tratar-se de um militante clandestino, de passagem, a caminho do Brasil.

**"Revolução" — Qual é a vossa origem, qual é a vossa história?**

— Em 1966, aquando da preparação do Congresso do P.C., as divergências já existentes dentro do Partido Comunista Brasileiro começaram a tomar forma muito acentuadamente. Embora houvesse muitos companheiros com uma perspectiva de esquerda dentro do Comité Central, a sua maioria tinha posições de direita.

As nossas principais divergências centravam-se em três pontos: 1. Eles faziam uma análise da burguesia brasileira que os levava a considerá-la como força que podia participar no processo revolucionário, nós pensávamos que não.

2. Eles faziam uma interpretação do golpe de estado que derrubou Goulart em 1964 completamente diferente da nossa — diziam que tinha sido a radicalização de posições que levou ao golpe, enquanto que nós dizíamos que tinha sido exactamente eles consideravam que a contradição principal na estratégia mundial era entre os países socialistas e os países capitalistas, nós considerávamos que era entre o imperialismo e o terceiro mundo.

**"Revolução" — E que forma orgânica começaram a tomar as divergências?**

— Nesse ano de 1966 começou-se a formar uma corrente revolucionária dentro do P.C. Nessa altura nós pensávamos trabalhar para o Congresso e ganhar a maioria.

No entanto houve logo um grupo que saiu do P.C.. Era um grupo estudantil que defendia a cisão imediata. Este grupo rompeu e formou o MRB (Movimento Revolucionário B — este número é por referência à data da morte do Che, em 8 de Setembro); mas era um grupo de estudantes, pequeno-burguês, com uma só base operária e acabou um ano depois. Nós continuámos, lutando por uma justa linha no interior do P.C. Nessa altura havia uma subida do movimento de massas e uma crítica ao revisionismo por parte dos trabalhadores e tínhamos esperança de fazer alterar a linha do P.C.

Mas o Congresso começou a ser organizado de maneira a não permitir a nossa vitória. A preparação do Congresso começou a ser feita desonestamente. Usaram o velho processo (que a burguesia também emprega nas suas eleições) de não organizar uma representação proporcional. Assim

existiam dois tipos de representação — a proporcional, nos Estados com mais de 500 militantes e a não proporcional nos Estados com menos de 500. Portanto havia um delegado por cada 500 mil habitantes nos Estados em que existia este número ou mais e havia um delegado por cada Estado naqueles que tinham menos militantes. Daqui resultava que um Estado com 500 militantes tinha tanta audição no Congresso, 1 delegado, como um Estado com 4 ou 5 militantes. Em certos casos, nalguns Estados em que a luta estava parada, não havia mais do que uma família do P.C. e esta poder de voto, claro. E como era nos Estados de mais militantes e de maior radicalização da luta que as posições da esquerda dominavam, começavam assim a preparar a sua neutralização no Congresso.

**"Revolução" — Em que sítios é que a vossa corrente revolucionária dominava?**

— Nos sítios de maior radicalização da luta — Nordeste, Guanabara, Paraná, Rio, Minas Gerais, Brasília. Em Julho todos os delegados do Estado do Rio tinham uma posição radical. O Rio Grande estava dividido. Guanabara dividido.

**"Revolução" — E chegaram ao Congresso?**

— Não. Nessa altura, quando viu as coisas mal paradas a maioria do Comité Central convocou uma reunião extraordinária e expulsou os dissidentes. Ou antes expulsou Maringela e os outros solidariaram-se com ele.

Saíram Maringhella e Mário Alves que além de serem da C.C. eram da Comissão Política. E Ferreira (que foi morto na altura de Maringhella), Apolônio de Carvalho, Miguel Batista, Jacob Gorender e Jover Teles, todos do Comité Central. Muitos outros velhos militantes do C.C. mostravam-se com uma posição solidária, mas não tiveram coragem de sair.

**"Revolução" — Depois desse rompimento, como é que vocês se organizaram?**

Fizemos um Encontro Nacional em Outubro de 1967 com delegados dos dissidentes do P.C. Formou-se uma Comissão Provisória da corrente revolucionária. Para muitos de nós era o momento de montar um Congresso para a criação dum Partido Revolucionário.

**"Revolução" — Mas também foi o momento de aparecerem divergências quanto à tática?**

— Sim. Nessa altura havia entre nós aqueles que punham todo o problema à volta da questão da violência, da guerrilha, e que não davam importância à organização a todos os níveis. E havia os que consideravam também a violência, mas que punham o problema da organização dum novo partido revolucionário. Esta divergência não foi superada e daí que muitos de nós nos separásemos.

**"Revolução" — Como se passaram as coisas com Maringhella?**

— Maringhella punha um grande acento na luta armada e, quanto a nós, desprezou a luta de massas. E por isso desprezou a criação dum partido. Quando Maringhella foi à OLAS e falou explicando as suas dissidências com o P.C. já havia divergências entre nós, mas no entanto não havia rompimento. Algum tempo depois separámo-nos, embora mais tarde ti-

véssemos feito acções em conjunto.

**"Revolução" — Como é quando foi o Congresso que vocês fizeram para a criação do novo Partido?**

— Foi em Abril de 1968. Nessa altura três Estados já não participaram por divergências — São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande. E durante o Congresso a representação do Estado de Guanabara faz aquilo que consi-

do Comunista da Columbia fez guerrilha Apesar do que significava de revolucionário, tudo isto criou erros. Não se organizava senão a frente armada, tudo o resto era desprezado. Actuavam como se o Partido (e logo a organização em todos os sectores) estivesse construído... Quanto a nós o processo de mobilização tinha que ser mais longo. Os guevaristas viam de uma forma parcial as

ALN — Acção Libertadora Nacional de Maringhella.

VPR — Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares — Vanguarda Armada Revolucionária

MRB — Movimento Revolucionário 8 de Setembro

As acções eram assinadas em conjunto por estas organizações.

**"Revolução" — Neste momento há uma paragem das acções violentas no Brasil. Por outro lado o vosso partido está a sofrer uma reestruturação. Em que fase se encontram?**

— A nossa reestruturação baseia-se numa autocritica que fazemos do passado e que é necessário referir. Esta autocritica data de Janeiro de 1973 e dividimo-la em vários pontos:

1 — A reconstrução do Partido. Dois tipos de desvios caracterizaram a construção do nosso Partido e de um modo geral a luta no Brasil. O militarismo e o massismo. A prática militarista, desligada da luta de massas e de uma análise da situação concreta, leva a um isolamento progressivo. Nós fizemos muitas acções armadas numa época de refluxo de acções de massas, o que hoje consideramos errado. Por outro lado isso necessitava de um aparelho militar pesado, que não correspondia à evolução das massas. No polo oposto havia os massistas, que não viam a necessidade dum aparelho armado e clandestino e que estavam sempre à espera das movimentações das massas. A concepção massista foi de 1960 a 1968 e a militarista de 1969 a 1973. O PCB foi influenciado pelas duas, sem adoptar exactamente nenhuma delas.

2 — O problema das autocriticas. Muitas das autocriticas do passado foram parciais. Ora pensamos que é necessário ir à essência da autocritica, aprofundá-la. E ter consciência dos limites das possibilidades de reconstrução.

3 — A reconstrução devia ser pois em novas bases. O Partido deve ser um todo-militantes presos, no estrangeiro ou no interior. O centro de trabalho deve estar na classe operária. Mas deve haver uma ofensiva em relação ao campo. Por outro lado rejeitamos as frentes com outras organizações, como no passado. A frente e a unidade são as construídas pela classe e não por organizações. Só pederão existir eventuais frentes operacionais.

**"Revolução" — Qual é o vosso objectivo estratégico?**

— A revolução popular sob o controle da classe operária.

**"Revolução" — A que é que chamam revolução popular?**

— A nacionalização de todas as grandes empresas. E uma reforma agrária que estabeleça fazendas colectivas onde há proletariado agrícola e cooperativas em relação aos pequenos camponeses.

**"Revolução" — Mas isso é a revolução socialista... Porque é que lhe chamam popular?**

— Pensamos que uma revolução dessas não é a revolução socialista, mas que leva inintencionalmente à revolução socialista. Inclusive pode discutir-se se a revolução chinesa foi uma revolução socialista.

**"Revolução" — Que alianças de classe prevêm?**



deramos um desvio da direita, negando a luta armada e defendendo a fusão com o Partido Comunista do Brasil (maolista), que se tinha formado em 1926. No final do Congresso garantiam a disciplina partidária, mas acabaram por romper e juntar-se ao P.C. de B..

**"Revolução" — Como foi a vossa organização?**

— Fizemos um estudo que garantia a nossa democracia de base e demos um período de um mês para crítica. Estabelecemos um critério de militância. Tudo isto teve depois um período de discussão de 6 a 8 meses. Por outro lado começámos a preparação política e militar não confundindo as duas. Mas o Comité Central era comum.

**"Revolução" — Voltando a Maringhella. O caso dele foi muito conhecido e é natural que se procurem referências a esse militante. O que se passou com ele?**

— Maringhella centrou toda a sua posição no problema da luta armada. Nessa altura havia uma grande influência da revolução cubana. Começaram a surgir as teorias que diziam que se devia criar guerrilha por todo o lado. Era o Guevarismo, que teve enorme influência na América Latina. Depois surgiu Debray e o que ele escreveu sobre a América Latina — era o Debraísmo. Por todo o lado havia a "teoria do foco" — essa teoria dizia que era preciso era criar focos de guerrilha que depois alastravam. Foi o auge da esperança na guerrilha na América Latina de tal modo que até o Parti-

condições subjectivas, a possibilidade de organização. Eram voluntaristas e pensavam que tudo se resolvia organizando um foco de guerrilha. E assim se foram isolando das massas...

**"Revolução" — Mas vocês, apesar do esforço para a criação do partido, levaram à prática acções violentas?**

— Praticámos muitas acções de vária ordem. Fizemos numerosos assaltos a bancos, porque a organização precisava de viver.

Pushemos uma bomba para sabotagem, no palanque militar da manifestação do 7 de Setembro. Pushemos uma bomba na Sidney-Ross, empresa americana.

Fizemos vários actos de propaganda armada. Entrávamos numa fábrica, prendíamos o vigia, ocupávamos a fábrica, fazíamos um comício, distribuíamos panfletos.

Fizemos actos de agitação nos meios rurais, porque dávamos muita importância ao meio rural no Brasil. Esta agitação fazíamo-la à volta de reivindicações concretas de região. Organizávamos por vezes aquilo que chamamos "queima de canavial" — quando se queima o canavial o patrão perde e os trabalhadores só têm a ganhar. O corte é mais fácil e os trabalhadores ganham o mesmo. Acompnávamos estas queimas com panfletos explicativos.

Fizemos também roubos de armas em casernas. Algumas das acções foram feitas em conjugação com outras organizações armadas.

**"Revolução" — Que organizações eram?**

# PORTO DE LEIXÕES

## Expressão de uma agonia

Trabalham no porto de Leixões uns 700 ou 800 homens. Salário: 300\$00 diários sem descontos (267\$00 líquidos).

Três classes: carregadores e descarregadores, estivadores e lingadores. E ainda, dentro destas, os efectivos e os de escala.

Uns 700 ou 800 homens que trabalham em nada menos de 69 (lIII) empresas de tráfego, na sua quase totalidade pequenas empresas, é óbvio.

Depois de uma Assembleia Geral do Sindicato dos Carregadores de Terra e Mar do Distrito do Porto, o trabalho cessou no porto de Leixões. A assembleia fora convocada por circular de 23/10/74, onde se lia a dada altura:

"Estamos em crer, segundo a pretensão da massa associativa, que, todo aquele sócio que não cumprir a determinação da Assembleia Geral, fica ao abrigo do Artº 21 dos nossos Estatutos que diz: "A eliminação de sócio do Sindicato é única e exclusivamente da competência da Assembleia Geral".

É a propósito deste parágrafo que alguns trabalhadores dizem terem os sindicalizados com apreço "sob coacção". Ao que logo um carregador responde:

— Não, e a prova é que houve quem lá não fosse e não foi expulso.

— Porquê a paralisação?

— O Sindicato pretende — diz-nos um carregador — defender os nossos interesses, sobretudo no que respeita ao desemprego.

Um outro trabalhador acrescenta:

— Houve acordos de trabalho que entraram em vigor em 17 de Junho. Agora o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores quer dividir o pessoal por sectores, de tal modo que os trabalhadores de um sector só trabalhem nesse sector. Além disso, quer que seja um número fixo de homens a fazer a carga e descarga.

### A AGONIA DA PEQUENA EMPRESA

Um carregador mostra-se de acordo com as determinações da Assembleia do Sindicato:

— Mas isso é para dar emprego a toda a gente e garantir o trabalho.

Outros observam:

— Assim os patrões não aguentam.

— As empresas de tráfego não suportam, e quem se lixa são os trabalhadores.

— Isto parou — diz alguém — porque os patrões se recusaram a negociar. A solução estava em negociar.

O problema é sem dúvida delicado; procura-se uma saída. Acerca da intervenção do Ministério do Trabalho, um carregador diz que "os 3300\$00 é uma esmola e os trabalhadores não precisam de esmolas; têm os seus direitos".

As pequenas empresas não suportam. E se elas se fundissem numa só?

Os patrões andam a pensar nisso — diz-nos um trabalhador.

Outro acrescenta:

— Eles agora reagem ao trabalho por sectores, por serem obrigados a meter mais pessoal. Ora, nessa altura, se fosse só uma empresa, muita gente perdia o emprego.

Outro trabalhador observa:

— O preço facturado pelos patrões por tonelada de carga e descarga é inferior ao praticado há 30 anos! Isto deve-se ao facto de haver concorrência entre as 69 empresas de tráfego.

### DUAS AMEAÇAS: O SALÁRIO E O DESEMPREGO

Ao perguntarmos se não havia um preço mínimo estabelecido, alguém esclarece:

— Não o respeitam.

— Já alguém pensou na hipótese de nacionalização das empresas de tráfego?

— O pessoal tem medo do desemprego que isso podia trazer — dizem alguns.

Um lingador, de palavra mais fluente, tem outra opinião:

— Sim. A nacionalização era boa desde que garantisse investimentos e empregos.

— E da socialização, o que pensa?

— Pois se fossem os próprios trabalhadores a gerirem a empresa nacionalizada... Isso seria a solução ideal.

Decididamente, o desemprego é a grande preocupação dos trabalhadores. Pusemos uma questão:

— Já pensaram na possível redução do horário de trabalho para assegurar o emprego de todos?

— Nunca se pensou nisso a sério. Talvez...

O mesmo lingador insiste:

— A socialização resolveria o problema.

Põe-se então a questão:

### COMO EDIFICAR A UNIÃO

— Como chegar aí? Já houve alguma Assembleia Geral de todos os trabalhadores do porto?

— Não.

— Já alguém pensou nisso e pôs o problema?

— Já houve quem tivesse pensado em tal mas ninguém pôs a questão. O ideal era começar por reuniões gerais a nível de cada porto, depois a nível regional, para finalmente acabar numa reunião nacional.

As perspectivas pareciam agora mais claras. Perguntámos o que pensavam de um sindicato único (em vez de 3) onde estivessem representadas todas as classes.

— Isso era o ideal. Acabava-se com as divisões e havia mais união. Os interesses são, no fundo, os mesmos.

— SOCIALIZAÇÃO, ÚNICA SAÍDA

Enfim, em Leixões discute-se,

fala-se. Os trabalhadores debruçam-se sobre os problemas que os afligem. Aos poucos as opiniões vão convergindo. Há discordâncias, não há propriamente divisão. E se não existe a união desejada, trabalhadores há que se esforçam por a construir.

A impossibilidade de existência e sobrevivência de uma economia fundamentada na pequena e média empresas é visível em Leixões.

Os trabalhadores reconhecem-no e aos poucos começam a considerar hipóteses de saída do impasse: a nacionalização e a socialização (gestão das empresas nacionalizadas pelos próprios trabalhadores).

Entretanto, e em condições piores que em Leixões, os trabalhadores de Viana do Castelo, Aveiro e demais portos, como aliás os trabalhadores de quase todo o país, enfrentam dois gravíssimos problemas: os salários baixos e o desemprego.

"Revolução" tem apontado e trabalhadores confirmam-no: a nacionalização e socialização como única garantia para os trabalhadores.

A economia (capitalista) do país está em crise. Não há que remediá-la, há que substituí-la por outra: a economia socialista.

**Nota da Redacção:** Pelo facto de ser complexa a situação no porto de Leixões e ainda pelo facto de uma falta de tempo não nos ter permitido chegar a todas as fontes que desejáramos ter ouvido, a Redacção de "Revolução" solicita aos seus leitores, mormente aos trabalhadores directamente interessados, que nos escrevam no sentido de se aclararem pontos eventualmente não dissecados ou mesmo mal expostos.

Dirigimo-nos, durante o trabalho de reportagem no porto de Leixões, às instalações da A.P.D.L. (Administração dos Portos de Douro e

Leixões) e deparámos aí com o director, um tal sr. Leão.

A nossa visita era motivadapela necessidade de tirarmos algumas fotocópias (6) de documentos facilitados pelos trabalhadores do porto. Aproveitámos, entretanto, para pedir ao sr. Leão que nos dissesse o que pensava e sabia da paralisação do trabalho no porto de cujos serviços administrativos é director.

Pois o sr. Leão respondeu-nos que apenas sabia que estavam há dias sem trabalhar, que tinha havido uma intervenção do Ministério do Trabalho e que a situação lhe parecia estar na mesma. Quer dizer, não sabia nada. Quanto às fotocópias, não o permitia porque "como os jornalistas é preciso saber-se estar, caso contrário isso poderia dar origem a que dissessem: pois tiraram fotocópias na A.P.D.L."...

Simple falta de coragem (em falar da situação no porto) e sovinice (pela recusa de meia-dúzia de fotocópias), ou oportunismo político (não arriscar o lugar em declarações públicas) e hipocrisia (se não fosse um jornal que se chamasse "Revolução"...)?

— Talvez o lugar que ele ocupa, o carro preto do Estado e o motorista fardado o expliquem...



## COMUNICADO de operários da Monpor

Foi distribuído no Barreiro o comunicado, assinado por um grupo de operários da MONPOR e dirigido aos operários efectivos e eventuais da MONPOR e a todos os trabalhadores da CUF, que transcrevemos a seguir:

No seguimento da política de exploração que esta empresa vem praticando, vão ser despedidos esta semana mais algumas dezenas de eventuais.

Analisando concretamente o que hoje se passa na Monpor e em mais algumas firmas, sabemos facilmente como e porquê surgem os despedimentos.

A Monpor é uma associada da C. U. F., o que quer dizer que a C. U. F. detém a maioria do capital daquela. Assim, trabalha esta empresa, na sua maioria, com a mão de obra barata, proporcionada pelo desemprego existente no país.

Os operários como nós precisamos de comer e por isso aceitamos trabalhar nas piores condições, com ordenados miseráveis.

De tudo isto a C. U. F. (Monpor) se aproveita.

Tudo isto é explorado por ela ao máximo.

E o que é a C. U. F.?

A C. U. F. é o maior grupo econó-

mico nacional, que tanto explora o operário português como o angolano ou doutras colónias.

E a quem pertence a C. U. F.?

A maioria do seu capital é pertença da família Mello, uma das 300 famílias ultra-capitalistas do nosso país.

São estes senhores que continuam a dominar.

Antigamente com a política repressiva, tendo por detrás a PIDE/DGS, hoje de cravo ao peito a dizer-nos a nós operários, que a greve faz o jogo da reacção e provoca o caos económico?

Perguntamos então: pedir melhores condições de trabalho e mais concretamente o direito ao trabalho será fazer o jogo da reacção e provocar o caos económico?

Mas afinal quem é a reacção?

Será um monstro esconcido que nunca aparece e de quem muito se fala? Não! A reacção são eles, capitalistas, que exploram agora usando o cravo na lapela como exploravam antes, com um polícia perto de si.

nosso ou deles?

Nós queremos o suficiente para vivermos honestamente, mas eles não! Eles necessitam de muitos carros, amantes e muito muito dinheiro, e é disso que a família

Mello tem medo, tem medo de perder os seus privilégios.

Camaradas, o mundo está dividido; a burguesia e os trabalhadores ou exploradores e explorados, as necessidades e os anseios destas duas classes são diferentes e nós como operários e explorados temos os nossos objectivos, que são:

forçar os capitalistas e obrigá-los a aceitar as nossas justas reivindicações. Lutar contra o patronato não é lutar contra o país, pelo contrário é lutar pela instauração de um governo controlado pelos trabalhadores.

CAMARADAS:

— Apalemos para a solidariedade dos camaradas operários da C. U. F. e das outras empresas associadas!

— Lutemos concretamente contra os despedimentos; violentamente se for caso disso!

— Exijamos a passagem a efectivos!

— Acabemos com os contratos (escravatura)!

— Unamo-nos em volta da comissão de trabalhadores eventuais da Monpor!

— Unidos venceremos!

Um grupo de operários da MONPOR

## a luta dos trabalhadores

A luta dos 150 trabalhadores da Fábrica de Malhas Alpha, do Porto, tem aspectos muito significativos que interessa registar.

A fábrica pertence à firma Júlio Gomes de Sousa & Filhos, Lda. isto é, aos actuais sócios-gerentes Norbano e Raul Gomes dos Santos, dois irmãos já idosos e sem herdeiros. Existe há cerca de 40 anos e dispõe da maquinaria mais moderna para fabricar malhas cuja excelente qualidade se considera indiscutível. A sua situação económica é tão desafogada e brilhante que nunca recorria ao crédito bancário; dois sindicatos apuraram que à ordem da gerência existia no banco uma verba de 5300 contos. Devem-lhe milhares de contos de artigos já entregues e, além disso, dispõe do valor de uns 5000 contos de malhas em armazém e de outro tanto valor empadado em matérias-primas disponíveis.

Afirma-se ainda que a fábrica não depara com qualquer dificuldade quanto a receber encomendas e vender os seus produtos.

Foi nesta situação que os sócio-gerentes, decerto afligidos pelo abaixamento dos lucros, decidiram encerrar a fábrica e proceder a um despedimento colectivo sem indemnizações, alegando estarem velhos, sem continuadores e não

quererem chatices. A luta daqueles 150 trabalhadores ameaçados pelo desemprego e a miséria começou no dia 25 passado com ocupação das instalações e exigência do pagamento das indemnizações devidas. Neste sentido, foram obrigados a reter lá, com a cooperação dos seus sindicatos e das autoridades, os dois sócio-gerentes durante um fim-de-semana, pois reinava a suspeita, mais tarde confirmada, de que projectavam abalar para o estrangeiro a fim de se furtarem ao pagamento das referidas indemnizações (num total que foi orçado em 5000 contos), numa altura em que os cheques devidos tinham sido já passados. A vigilância dos trabalhadores destruiu-lhes o pano, culminando com uma vitória a primeira batalha.

Falámos depois com operários de um numeroso grupo que, junto do portão de entrada, ocupava a fábrica. Todas elas aproveitavam a maré para trabalharem em rendas. Lá fora um cartaz e dois comunicados afixados na parede denunciavam as manobras dos patrões, explicando os factos daquela justa luta.

«REVOLUÇÃO» — Se está finalmente assegurado o pagamento das vossas indemnizações pelos

# POR UM GRANDE PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

A construção hoje em Portugal de um grande Partido revolucionário capaz de responder às actuais e futuras necessidades do proletariado, constitui tarefa absolutamente indispensável para aqueles que estão firmemente decididos a opor ao capitalismo e a todos os que o servem uma alternativa revolucionária.

Constitui tarefa indispensável, tarefa difícil e tarefa urgente.

## TAREFA INDISPENSÁVEL TAREFA DIFÍCIL

É tarefa indispensável, na medida em que a organização autónoma do proletariado e a revolução social necessitam de um partido que fomenta essa mesma organização autónoma e seja simultaneamente uma vanguarda teórica, capaz de ter uma visão de conjunto da situação política, capaz de definir uma tática e uma estratégia que sirvam os interesses das classes produtoras.

É tarefa indispensável e tarefa difícil, na medida em que as organizações reformistas, nomeadamente o PS e o PC (sobretudo este último) têm uma certa implantação em meios operários e representam realmente um perigo, pela sua linha de traição aos interesses de classe do proletariado, pelos serviços que efectivamente prestam à conservação do poder burguês.

É tarefa indispensável e tarefa difícil, na medida em que organizações oportunistas e organizações enganam e dividem as classes trabalhadoras.

O oportunismo em questões de organização não surge apenas depois do 25 de Abril, mas é depois desta data que se torna mais claro, que mais se insinua, dadas as novas condições, em que já não se correm como antes os perigos da clandestinidade, em que os militantes já não se arriscam como antes a ir parar às masmorras da burguesia.

Por outro lado, proliferam entre nós numerosos grupos sectários, grupos que reivindicando-se do pensamento de Marx e de Lenine mais não fazem do que transplantar mecanicamente para a realidade portuguesa modelos que serviram (pior ou melhor) noutros países, noutras épocas, em condições totalmente diferentes e ainda sem beneficiarem das múltiplas experiências do movimento comunista internacional. Experiências positivas e experiências negativas.

## LIÇÕES DA HISTÓRIA

Não fazer uma análise concreta das situações concretas, como acontece com muitos dos grupos sectários que por aí pulam, significa não ser marxista, significa manter a confusão no seio da classe operária e seus aliados e criar novas seitas com as quais nada têm a ver aqueles revolucionários que no passado ou no presente se bateram ou batem pelas revoluções proletárias, pelo socialismo e pelo comunismo.

Assiste-se frequentemente no seio de uma certa esquerda que se reclama de oposição frontal ao reformismo, e a propósito de questões de organização, a situações verdadeiramente caricaturais, verdadeiramente anti-marxistas e anti-leninistas — é um constante recitar de cor e copiar formalmente a organização preconizada por Lenine no conhecido e polémico livro "Que Fazer?".

Para além dos erros que Lenine possa ter cometido, é extremamente grave e pode assumir mesmo aspectos contra-revolucionários o não se ter em conta o que o próprio Lenine disse posteriormente sobre o assunto e o contexto em que esta obra apareceu.

Apenas um ano após a elaboração de "Que Fazer?" Lenine reconhece ter exagerado o tom ali dado à organização, mas tratava-se, conforme ele diz, de uma forma de combate aqueles que obstruíam a efectivação dessa mesma organização. Ainda, em 1907 é o mesmo Lenine que critica o que cometem o erro de isolá-la completamente esta obra da situação histórica determinada em que surgiu.

Mas, para um marxista, não era necessário que o próprio Lenine tivesse reconhecido e dito, pois após a organização preconizada por ele muita água correu sob os moinhos da história. E, por um lado, o stalinismo, a traição reformista e a degenerescência dos Estados proletários; e, por outro lado, a alteração na correlação de forças operário-campesinato, o avançar das forças progressistas à escala mundial e a rica experiência política adquirida pelo proletariado no decurso das últimas décadas.

## TAREFA URGENTE

É tarefa urgente a construção de um grande Partido revolucionário, na medida em que a crise do capitalismo em Portugal, as contradições da sociedade portuguesa — contradições entre burguesia e proletariado, contradições entre diversas fracções da burguesia — estão de tal modo exacerbadas, se agudizam tão rapidamente, que não há possibilidades de consolidação de uma democracia burguesa em Portugal e a opção que se põe a curto prazo é Fascismo ou Socialismo. Consequentemente, o problema da organização partidária, com as suas múltiplas implicações, constitui hoje para nós um problema vital, pois o tempo não pára e grandes batalhas se avizinharam para o proletariado.

Mas, organizar como?

A construção de um grande Partido revolucionário tem de ser feita de acordo com as condições objectivas e subjectivas da sociedade em que se vive, tem de ser feita em íntima ligação com as lutas de massas — nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nos quartéis, nas escolas — tem de mobilizar partidariamente muitos dos mais destacados elementos dessas lutas, tem de ser feita aproveitando de uma forma correcta as lições históricas do movimento comunista internacional.

## O PARTIDO QUE QUEREMOS

Na construção do Partido, tal como o vemos, deve ser ponto fundamental que o Partido não é a classe, que a ditadura do proletariado mas sim a da classe, através dos seus sovietes ou conselhos. Esta ideia central tem de es-

tar presente desde já na construção do Partido. É nesta perspectiva que quando estamos nas lutas de massas não estamos aí para controlar os trabalhadores, mas sim no sentido de fomentar a organização autónoma desses mesmos trabalhadores, no sentido de que adquiram uma visão política de conjunto e se realize a síntese da teoria e da prática revolucionária.

Na construção deste Partido há que aliar à firmeza dos princípios a maleabilidade da organização, de molde a fomentar o espírito criador dos militantes e das massas.

A democracia proletária, o internacionalismo e o direito de tendência têm de vigorar como leis desse Partido, se se quiser que o realmente cumpra o seu papel histórico, se se quiser que ele seja um elemento decisivo da construção da futura sociedade sem classes, da sociedade comunista.

## a suspensão do comércio do funchal

Recebemos da redacção do Comércio do Funchal um comunicado de imprensa no qual se toma posição perante a suspensão de um mês aplicada àquele semanário progressista, devido à publicação que este fez de uma carta de um soldado sobre a situação nos quartéis. Depois de referir o facto de ter sido a imprensa anti-fascista a mais atingida pelo regulamento vigente, o referido comunicado prossegue, denunciando a tolerância para com "a proliferação impune dos jornais fascistas, sobretudo na província", recordando, para terminar, que a

promulgação desta lei se fez durante o período do 1.º Governo Provisório, tendo o C. F. sido vítima de duas suspensões durante o fascismo sendo a última, curiosamente, também de 1 mês.

O "Revolução" solidariza-se com o C. F., exprimindo a sua repulsa pela manutenção das disposições que continuam a "regular" o direito de expressão e manifestando mais uma vez a sua disposição de assumir e apoiar a continuação do combate contra as limitações sobre o direito de livre expressão, garantia única de uma informação consciente do povo.

## es da fábrica Alpha

respectivos totais e se acreditam que não tardam a recebê-las, porque continuam com a ocupação?

Começou por nos responder uma operária mas em seguida a conversa generalizou-se:

— Esta ocupação é para garantir esse pagamento e também para reivindicar a continuação do trabalho aqui.

Outra operária:

— Os nossos sindicatos estão a propor ao Governo que tome conta da fábrica.

— Trata-se de propor a sua nacionalização?

— Sim, é isso mesmo. Fala-se de escolher uma comissão administrativa. Pois como se há-de admitir que feche uma fábrica destas, que é das melhores, quando o Governo pede a todos trabalho e mais trabalho?

Outra operária, de meia-idade, uma encarregada:

«REVOLUÇÃO. — Então para que foi aquele dia, aquele domingo de trabalho nacional?

— Nós resolvemos trabalhar nesse domingo mas os patrões não quiseram abrir aqui a porta e ameaçaram pôr-nos a 4 dias por semana. Nós queríamos trabalhar por maioria, para fazer depois a oferta ao Governo.

— O guarda-livros disse que só no mês de Setembro passado a fábrica deu lucros de 800 contos. Para que há-de fechar, então?!

«REVOLUÇÃO. — Que opinião têm vocês sobre a liberdade que ainda existe para os patrões fecharem as fábricas e tirarem assim o ganha-pão aos trabalhadores? Achem que os trabalhadores podem continuar à mercê dos caprichos dos patrões?

A encarregada acabou por responder:

— Olhe, só sei dizer que há aqui perto de 120 mulheres, quase todas novas, e uns 30 homens. Poucos homens se contentam com ganhar o salário mínimo dos 3300\$000... Se perdermos este emprego, já sabemos que vamos ficar sem arranjar outro durante muitos meses e é se arranjamós. Há muita crise nos têxteis. É só isto que posso dizer...

As conclusões que sem dúvida podem tirar-se desta luta é que o Governo pede para a gente trabalhar mas os patrões detêm o poder económico. Os trabalhadores estão contra os patrões, contra os boicottadores económicos, contra os encerramentos arbitrários! Os trabalhadores têm direito ao trabalho e à segurança!

## Comité Alentejo Vermelho

Em Castro Verde, o operário agrícola, Zé Diogo fez justiça por mãos próprias. Hoje encontra-se preso na Comarca de Beja e os seus camaradas solidarizaram-se com ele. O Comité Alentejano Vermelho sem vinculação partidária escreve a esse respeito:

O acto do nosso camarada José Diogo foi um ACTO DE JUSTIÇA POPULAR. Foi um castigo à reacção. Foi a resposta quase correcta à ganância dos grandes lavradores. Dizemos quase correcta porque, se vímos bem, não é bem assim que vamos derrubar o poder dos latifundiários, esses bandidos que sempre roubaram os trabalhadores. O castigo mais correcto não pode sair das mãos dum camarada só. O castigo verdadeiro deve sair das nossas mãos todas unidas.

As razões do nosso camarada Zé Diogo são as mesmas razões dos trabalhadores todos. Dum lado da barricada estamos nós trabalhadores; do outro lado estão os ladrões do suor camponês, os latifundiários.

Depois do 25 de Abril os trabalhadores exigiram, sem medo, os seus direitos. Nós trabalhadores aceitámos até ir para a mesa das

negociações com os lavradores. Mas já vímos que eles não vão com conversa. Eles querem a guerra aberta! Se eles querem a guerra aberta, então terão guerra aberta! Nós trabalhadores não vamos recuar.

## UM POR TODOS, TODOS POR UM

Os grandes lavradores andam todos como feras porque sabem que o aumento das jornas prepara o terreno para os trabalhadores exigirem o fim da propriedade privada. Sabem que nós vamos exigir a terra para quem trabalha.

CAMARADAS aproxima-se combates decisivos no Alentejo e em todo o país. O nosso companheiro Zé Diogo merece todo o nosso apoio. Os patrões dizem que um tractorista assassinou um tal Columbano. Mas a verdade dos patrões é uma e a verdade dos trabalhadores é outra. A nossa verdade é a seguinte: um trabalhador honesto defendendo o seu direito

ao trabalho, deu o justo castigo a um fascista de longa data. O Columbano, antigo compadre do Salazar, era conhecido em Castro Verde como um verdadeiro pido que mandou prender dezenas de trabalhadores acusando-os de comunistas. O POVO que o diga...

VAMOS MOSTRAR QUE O BRAÇO DO CAMARADA ZÉ DIOGO É O BRAÇO DE TODOS OS TRABALHADORES RURAIS EM LUTA.

PELO FIM DA MISÉRIA  
PELO DIREITO AO TRABALHO  
PELO FIM DOS DESPEDIAMENTOS

Em solidariedade com o camarada Zé Diogo, vamos transformar a sua audiência no julgamento do fascista Columbano Monteiro.

JUSTIÇA POPULAR SIM!  
JUSTIÇA FASCISTA NÃO!  
VIVA A CLASSE TRABALHADORA!  
ABAIXO O CAPITALISMO!  
VIVA O COMUNISMO!

## ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

As encomendas de «O ESTADO» de Lenine (edição quase esgotada), de BRIGADAS REVOLUCIONARIAS (dossier) e do poster «QUE BANDEIRA?», de Siné, devem ser feitas pelo Telef 710982

**DADOS HISTÓRICOS**

- Até 1930 — Neo-colonialismo; Exportação de matéria-prima. Importação de produtos transformados.
- 1930 — Revolução; Desenvolvimento da burguesia nacional.
- 1935 — Tentativa de insurreição.
- Até 1945 — Ditadura populista de Getúlio Vargas; Lutas operárias clandestinas; Política "trabalhista".
- 1945-1947 — Liberalização; Prestes senador, P. C. legal.
- 1956 — Kubitchek; Infiltração imperialista.
- 1960-1963 — Luta entre a burguesia nacional e a estrangeira; Goulart; Inflação que chega a atingir 100% em três ou quatro meses; A burguesia nacional acaba por se aliar com a imperialista.
- 1964 — Golpe militar; Imperialismo; Domínio das Forças Armadas; Repressão operária; Falência da burguesia nacional. Desemprego. A pequena burguesia não participa nos lucros do desenvolvimento.
- 1969 — O quadro médio começa a ganhar muito; a pequena burguesia satisfaz-se; Debilitamento da esquerda revolucionária.
- 1972 — O Brasil não concorre na economia internacional; Grande inflação; Aumento das lutas de massas.

— Como o campesinato no Brasil tem muita importância precisamos uma aliança operário-camponesa, sob a direcção da classe operária.

Deve haver hegemonia do proletariado.

"Revolução" — Essa hegemonia

leva ou não à ditadura do proletariado?

— É uma discussão que temos actualmente. Mas penso que isso leva ininterruptamente à ditadura do proletariado.

"Revolução" — Vocês acham que o partido deve tomar o poder

ou não?

— Está em discussão. A revolução deve ser feita pelo partido, mas o controle deve ser feito por órgãos de massas.

"Revolução" — Que relação deve haver entre o Partido e as massas?

— Deve haver uma organização de massas independente e as decisões devem caber realmente a esta organização. Deve ser uma organização autónoma. Mas neste momento a existência duma organização de massas independente é extremamente limitada.

"Revolução" — Como vêem vocês a prática de violência revolucionária?

— Deve haver guerrilha rural e guerrilha urbana, mas ambas devem estar conjugadas com movimentações de massas. Mas não há condições para a guerrilha rural antes da guerrilha local e urbana. A guerrilha deve levar à formação do Exército Popular Revolucionário, dirigido pelo Partido como vanguarda.

"Revolução" — Como tem incidido a repressão sobre vós?

— Actualmente temos só 40 presos, porque muitos foram soltos. Ninguém foi fuzilado; cinco foram condenados à morte, mas depois foram agraciados com prisão perpétua.

**ENTREVISTA COM O P.C.B. REVOLUCIONÁRIO**

Mas sete camaradas nossos foram mortos na tortura. Desses sete, três eram do Comité Central. Este é o método mais eficaz usado pela polícia. Muitos de nós sabemos que seremos mortos na tortura se por acaso formos presos.

As vagas de repressão tiveram influência nos problemas da nossa organização. Mas as contradições dentro do sistema têm de levar a uma alteração da repressão. As prisões massivas causam desgaste e impopularidade sem necessidade

para o regime. "Revolução" — Quais são as vossas perspectivas imediatas?

— As condições económicas do Brasil, em que há grande exploração (o salário mínimo equivale a 650\$00), o único factor possível de crise são as crises de massas, e há neste momento greves que fogem à orientação reformista.

Há que reconstruir o Partido e que conjugar as lutas de massas com a luta armada.

**ALGUNS DADOS SOBRE O BRASIL**

- População — 100 MILHÕES DE HABITANTES
- População activa — 30% (30 milhões)
- Operários — + 17% (5 milhões)
- Camponeses — 8,5 milhões
- Assalariados agrícolas permanentes — 7,5 milhões

**REPRESSÃO NO BRASIL**

2.000 presos políticos.

Prisões políticas: Tira-Dentes-S.Paulo; Carandim-S.Paulo; Ilha das Flores-Guanabara; P.Especial-Guanabara; Lemos de Brito-Guanabara; Lemos de Brito-Baía.

DOPS — Polícia Política.

P.E. — Polícia Especial do Exército. Tem escolas de torturadores e salário especial para estes.

Torturas — A polícia brasileira é renomada pelas torturas. Ensinada pelos agentes da CIA, com frequência líquida sob tortura. A

"cadeira do dragão" — é uma cadeira de aço, que dá choques eléctricos, colocada em frente de um espelho. O "pau de arara" é uma espécie de empalamento pelo anus.

**Brasil: o golpe de 1964**

O golpe de 64 permitiu à burguesia monopolista, que já detinha a hegemonia económica, assumir o controlo do Estado e encaminhar a política económico-financeira de acordo com as suas necessidades.

Após o golpe, a tentativa de retomar o desenvolvimento passou a haver não mais através de mecanismos inflacionários e sim através da utilização de medidas directas de abertura ao capital estrangeiro (instrução 289) e da contenção do consumo — congelamento salarial, diminuição dos empréstimos à lavoura e à pequena e média indústria.

(...)  
Toda esta torrente de capital monopolista estrangeiro, aplicado no Brasil, agravou seriamente a desnacionalização de entidades financeiras (em 69, dos 27 bancos de investimento, 17 eram de capitais estrangeiros) e a proliferação de companhias de investimentos e de participação.

O processo de concentração de capital levou a que as empresas estrangeiras aumentassem seus lucros e, consequentemente, as remessas. O aumento dos lucros, apesar da recessão económica que o sistema enfrentava, era decorrente de que as empresas de capital estrangeiro se encontravam, sobretudo, nos ramos dinâmicos (bens de consumo duráveis, químicos, material eléctrico, etc...) enquanto que o capital nacional surge na área da indústria tradicional (têxteis, calçados, alimentação, móveis, etc...). As indústrias dinâmicas têm seu mercado sobretudo na faixa da população de renda mais alta, enquanto que as tradicionais dependem do mercado de massa, o qual foi severamente atingido pelo arrocho salarial e outras medidas. Enquanto isso, as classes altas não perderam seu poder aquisitivo, o que permitiu manter alto o volume de vendas das indústrias



dinâmicas, e quando houve recessões mais fortes o governo as protegeu, como podemos ver com a isenção dada ao imposto de consumo nas vendas de automóveis. As indústrias ligadas ao consumo de massas que estavam integradas ao imperialismo, tiveram seus lucros assegurados mesmo nessa fase.

(...)

Haverá no entanto um impasse para a burguesia, na medida em que estes paliativos se esgotam a médio e a longo prazo e as áreas de crise do sistema levarem a um aguçamento das contradições

sociais, pelos seguintes motivos:

— A saída para o comércio exterior é limitada: a exportação de produtos industriais leva a uma competição no mercado internacional com os países capitalistas avançados que, evidentemente têm condições muito melhores para competir e em certos casos até restringir as suas importações, como é o caso dos têxteis que estão sendo vendidos no exterior a preços mais baixos que o mercado interno, visando garantir a saída para a Europa desde que o mercado americano se fechou.

— A abertura de áreas pioneiras,

como a transamazônia exige um investimento maciço, que será feito com recursos que seriam utilizados normalmente para o desenvolvimento industrial. Além disso, a possibilidade destas áreas absorverem um grande excedente populacional, como se pretende, é muito limitada. Não só é necessária uma infra-estrutura que não existe e não pode ser criada de imediato, como o próprio crescimento vegetativo da população e a emigração de camponeses é bem maior do que as possibilidades de absorção nelas. Desta forma, a urbanização e inchaço de cidades continuarão.

— A monopolização da economia não é um processo linear, nem absoluto. Não é toda a economia que está sendo ou será monopolizada. Uma série de sectores produtivos continuarão a existir independentemente dos monopólios ou competindo com eles em condições favoráveis. Podemos observar alguns casos, como o da indústria têxtil, por exemplo: apesar de falências, associações, etc., continua a existir um grande volume de empresas que se mantêm numa faixa de mercado que não interessa aos monopólios. O que é tentado através de pressões de governo é que estes sectores se modernizem, racionalizem a sua produção, o que nem sempre é possível por falta de condições financeiras. Estes sectores são monopolizados, apesar de secundários do ponto de vista económico, são muito extensos em termos de quantidade, absorvem muita mão-de-obra e por não terem muitas alternativas, continuarão resistindo, entervando e criando problema para o desenvolvimento monopolista. A concentração monopolista, por outro lado, substituindo a mão-de-obra por alto nível de tecnologia, tenderá a aumentar o desemprego, reduzindo consequentemente o mercado interno.

— A estrutura agrária, apesar da penetração gradual de novas formas produtivas, não sofreu transformações radicais não há condições para modificá-la, o que é reconhecido pela própria burguesia, agora com a formação do INCRA que deve se voltar para a colonização de novas terras, sem atingir a reforma agrária. Para que haja uma transformação profunda, não basta um sistema de pressões sobre os latifundiários mas investimentos concretos e extensivos de capital (máquinas, adubos, silos, armazéns, etc.), técnicos (agrónomos, veterinários, etc.), a formação de cooperativas para acabar com o minifúndio, a racionalização das formas de trabalho do campesinato, etc. Tudo isto exigirá um volume incalculável de investimentos que simplesmente não existe, bem como a forma de pressão bem mais séria sobre os latifundiários, o que também é inevitável no momento.

Na conjuntura actual, os elos mais fracos do sistema estão principalmente no campo, nas áreas em crise transtornadas pela penetração do capitalismo, principalmente em áreas atrasadas da agricultura de exportação (açúcar no Nordeste, cacau na Baía, etc...) ou as áreas de agricultura tradicional constantemente atingidas por fenómenos naturais e sem recursos para superá-los, como a área das secas. Nas cidades, são os sectores industriais submetidos à pressão dos monopólios, para se modernizarem, como é o caso da indústria têxtil. Nestes sectores de crónico atraso, onde estão sendo introduzidas novas formas produtivas, a forma de concorrência ou sobrevivência para burgueses ou latifundiários é aumentar a exploração para reduzir os custos, aguçando com isto a tensão social. E a massa de trabalhadores ligada a estes sectores é bastante numerosa e potencialmente explosiva.

**Sedes — Contactos**

- Lisboa — Tel. 710982. Instalações do jornal Revolução R. Arco do Carvalho, 1-5.º Direito.
- Porto — Tel. 695080.
- Evora — Largo do Chão das Covas, 21
- Abrião muito rapidamente ao público as sedes de Barreiro, Setúbal, Cova da Piedade, Porto e Parede.



# ENTREVISTA COM ELEMENTOS DA CASA DE ANGOLA

A Casa de Angola era antes do 25 de Abril, um dos baluartes promotores da política colonialista do regime fascista da Salazar e Caetano.

Depois daquela data, um grupo de angolanos, simpatizantes do MPLA, tomou conta da casa e a partir daí esta transformou-se num dos defensores, em Portugal, dos verdadeiros interesses do povo angolano e num divulgador dos princípios do MPLA, único e legítimo representante dum povo que luta à dezena de anos pela independência total e completa de Angola, que luta pela sua emancipação.

Do 24 de Maio (data da tomada da Casa de Angola) até ao 28 de Setembro, sofreu a Casa de Angola, as consequências das manobras neocolonialistas, que tentaram isolar e desacreditar o MPLA e o seu presidente, Agostinho Neto.

Foi o comício proibido de Agosto, com intervenção da polícia e morte duma pessoa, foram os comunicados cortados e deturpados na grande imprensa, quando esta os publicava. Tudo isto paralelamente à campanha de calúnias lançada sobre o MLPA e às tentativas de promoção de grupos fantoches em Angola.

É sobre estes acontecimentos que nos falamos dois elementos factíveis da Casa de Angola. Para eles, para o MPLA e para o povo angolano, em Angola «a Vitória é Certa».

«Revolução» — Porque é que se dá a tomada da Casa de Angola?

— Um grupo de angolanos residentes em Portugal, dada a alteração política que aqui se deu, que permitiu o exercício das liberdades fundamentais, viu que havia condições para levar à prática a tomada da Casa de Angola, o que se veio a verificar no dia 24 de Maio deste ano.

«Revolução» — O que é e quais são os objectivos da Casa de Angola?

— Esse grupo de angolanos, simpatizantes do MPLA, depois da tomada da casa, aprovou imediatamente uma declaração de princípios, um programa mínimo de acção e nomeou uma comissão directiva provisória. Essa declaração de princípios e o programa mínimo, sintetizam o que foi a transformação da Casa de Angola num centro de defesa dos interesses do povo angolano.

A colocação da Casa de Angola ao serviço do povo angolano foi o objectivo que moveu a nossa acção.

«Revolução» — Qual a vossa posição em relação aos princípios políticos do MPLA e em relação aos outros movimentos de libertação?

— A declaração de princípios, ao mesmo tempo que tem marcado a nossa linha de acção, dirige-a intimamente ligada com os objectivos do MPLA, dentro dos princípios de fidelidade ao seu programa político e de não ingerência nos assuntos internos do povo português.

Em relação aos outros movimentos de libertação, também a nossa declaração de princípios se refere, no sentido de dar um apoio total à FRELIMO, PAIGC e MLSTP, os legítimos representantes do povo de Moçambique, Guiné e S. Tomé e Príncipe, respectivamente.

Tem sido esse o rumo fundamental que tem marcado a nossa acção desde o 24 de Maio até agora.

«Revolução» — Qual tem sido a vossa actuação?

— O programa mínimo, marca-nos toda uma série de acções que imediatamente começámos a pôr em prática como seja, sessões de esclarecimento político a todos os angolanos aqui residentes e também ao povo português, a formação e integração dos angolanos dentro do espírito do programa do MPLA. Para isso fizemos sair um jornal periódico editado pela Casa de Angola, ao mesmo tempo que procurávamos levar a cabo manifestações e outras actividades que pudessem difundir e esclarecer as pessoas sobre a linha política do MPLA.

«Revolução» — Existem milhares de trabalhadores das colónias que

conduzida revolucionariamente, quer dizer, com todos os aspectos de mudança radical, de liquidação do sistema de opressão, para um sistema de liberdade popular, de participação popular e que foi conduzida pelo MPLA.

## A TRAIÇÃO DA UNITA

Terei de focar o caso da UNITA, que assumiu compromissos no sentido de travar o processo conduzido pelo MPLA. São os próprios militares portugueses que hoje o afirmam. E Savimbi (chefe da UNITA) sabe muito bem que as cartas que denunciavam esses compromissos não eram falsas. Ele sabe bem quem é que lhe tirou as cartas da gaveta onde estavam guardadas.

Por tanto aqui houve uma força cujo ponto mais saliente foi o de travar a nossa luta.

## FNLA — OPORTUNISMO RACISMO REGIONALISMO

Por outro lado a FNLA, que estava pura e simplesmente esquecida, mercê do seu regionalismo, do seu oportunismo, do seu racismo, que hoje se pretende negar, aproveita o balão de oxigénio que foi o acordo com o MPLA em 1972 (acordo de cooperação com o MPLA por proposta da Zâmbia e do Zaire na OUA) para ganhar um certo prestígio internacional. Verificou-se que esse acordo não era posto em prática e por isso morreu.

A FNLA tinha uma expressão militar que era ganha por métodos violentos de recrutamento, mas não tinha, nem tem, qualquer implantação ideológica em Angola.

Neste quadro, a luta era difícil, pois o MPLA tinha de bater-se em várias frentes no sentido de alcançar os objectivos que estão expressos no seu programa.

## A EXPLORAÇÃO COLONIAL VIOLÊNCIA REACCIÓNARIA

Um outro aspecto foi o da exploração colonial, que foi das mais odiosas de que se tem conhecimento. Fomos votados a condições sub-humanas, quer de existência, quer de educação, enfim fomos privados daquele mínimo necessário para uma participação na sociedade. A exploração fazia-se

cada vez mais, a repressão era cada vez maior. Um dos aspectos mais focados no colonialismo é o da repressão, da violência reacçãoária. E aqui devo fazer uma referência especial aos massacres, em que os mais salientes foram os da Baixa do Cassanje e o do Catete, que foi pouco falado, mas que foi um massacre em que uma aldeia toda foi destruída.

Pois é isto que existia antes do 25 de Abril.

## APÓS O 25 DE ABRIL NOVA TÁCTICA IMPERIALISTA

Durante o desenvolvimento da luta de libertação foi ficando cada vez mais claro o facto de o MPLA estar fortemente implantado nas massas populares, devido às características revolucionárias dessa luta.

Por outro lado, Angola é um território imensamente rico, muito mais rico do que o que se pensa, e está estrategicamente bem situado. Isto são dois dados fundamentais para a tática imperialista, isto é, a sua situação geográfica e a sua alta potencialidade de produção. Por isso o colonialismo fez tudo para impedir que se alcancem os objectivos da revolução. E também por isso o colonialismo fez tudo para isolar o MPLA. Primeiro promove partidos fantoches, sem o mínimo de representatividade. Vai-se a Luanda, vai-se ao Lubango, vai-se onde quer que seja e verifica-se esse facto. São somente representativos de si próprios e dos interesses do imperialismo.

Essas forças foram promovidas com uma vitalidade estronhosa. Prédios oferecidos, andares, carros camiónes, camionetas, tudo e em grandes quantidades. E nós sabemos isso perfeitamente até porque eram indivíduos que não dispunham de potencial económico para tantos empreendimentos. Foram promovidos de fora, alguém os promoveu.

Essa promoção fazia parte de uma tática de isolamento do MPLA. Mas não só promovem essas forças fantoches como fazem uma propaganda descarada da UNITA e da FNLA. Orquestraram todo aquele palavreado que se fez ouvir antes, durante e depois do congresso especial do MPLA, onde a direcção do movimento pretendia encontrar uma plataforma de

compromisso que nos possibilitasse a resolução dos problemas imediatos. Houve inclusive uma pretensa eleição presidencial, com o que se pretende aniquilar ou pelo menos diluir a força do MPLA e liquidar o que Agostinho Neto representa para o povo angolano.

No meio de tudo isto, pode integrar-se a agonia dos reacçãoários a partir do 11 de Julho — refiro-me aos massacres de Luanda.

## 28 DE SETEMBRO AS «FORÇAS VIVAS» IMPLICADAS

Houve a abortada tentativa fascista do 28 de Setembro e logo a seguir se descobre que havia uma íntima ligação entre os promotores dessa tentativa e determinados indivíduos, apressadamente chamados de «forças vivas» de Angola.

Essas «forças vivas» que tinham vindo cá em visita ao então Presidente da República Spínola, não representam absolutamente nada em Angola. Aliás o repúdio por eles foi claramente manifestado no dia 26 de Setembro, quando chegaram ao aeroporto, porque nenhum angolano aceita ser representado por eles.

## VOLTE-FACE NA SITUAÇÃO AGORA JÁ SE FALA NO MPLA

Tomou-se consciência do seguinte: que a consolidação da situação política em Portugal depende em grande parte da maneira como forem conduzidas as coisas em Angola. Porque os interesses que operam em Angola, operam também em Portugal.

É assim que se dá um volte-face na situação. Primeiro porque já havíamos desmascarado tais indivíduos e depois porque nessa altura o povo de Angola já tinha aprendido à sua custa a proteger-se, a cuidar dos seus interesses muito mais activamente. O povo, responsável como é, sai à rua e vitória o MPLA. Criaram-se situações que deram lugar a provas de força, como quando houve a greve geral no mês de Julho que parou a máquina económica em Angola.

Passou-se a tomar o MPLA na sua devida proporção. Porque antes, o tendenciosismo verificado nos meios de informação em relação ao MPLA, mostra também que era tudo concertado.

No pós 28 de Setembro há só mais um dado novo que é o acordo de suspensão das hostilidades assinado pelo MPLA cujas consequências não se podem prever de imediato.

Entretanto é curioso notar que este cessar-fogo foi assinado sem interferências estrangeiras, ao contrário dos outros, que foram assinados depois de uma «jogatana» externa das mais descaradas. A começar na ilha do Sal, passando por Portugal e parando em Kinshasa.

O MPLA afirma-se por si próprio e não por interferências estrangeiras. «Revolução» — Falastes há pouco no acordo de cooperação entre o MPLA e a FNLA, em 1972. Parece que será de referir o que depois disso se passou, mais concretamente por altura da conferência dos países não alinhados em que além de se ter afastado



— dentro da unidade, o grupo de trabalho, o grupo de trabalho, o grupo de trabalho

# COMICIO DO M.P.L.A.

O processo de descolonização, as manobras imperialistas e porque é que o MPLA é o legítimo representante do povo de Angola, foram os temas tratados no comício realizado no passado dia 29.

No início do comício foi cantado o hino do MPLA e guardou-se um minuto de silêncio à memória de todos os combatentes mortos na luta contra o colonialismo e o imperialismo. Ouvia-se em seguida uma gravação do Presidente Agostinho Neto, em que este afirmava que a luta do povo angolano, sob a direcção do MPLA, se situava na luta mais geral dos povos pela sua libertação completa, destinada a acabar com a exploração do homem pelo homem.

Durante o comício, várias vezes foram gritadas pelos milhares de pessoas que ali acorreram, as palavras de ordem: "MPLA VITÓRIA CERTA", "UM SÓ POVO, UMA SÓ NAÇÃO SOB A BANDEIRA DO MPLA", e "ABAIXO O TRIBALISMO".

## O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

O processo de descolonização em Angola tem sido caracterizado pelas tentativas do imperialismo em instaurar aí um regime neocolonialista. As riquezas do solo e do subsolo angolano e a sua posição geográfica no Continente Africano, são interesses que os imperialistas não querem de maneira nenhuma perder. E para isso tentaram em primeiro lugar a hipótese do referendo, passando por cima da decisão que o povo angolano tinha tomado há mais de 13 anos, quando pegou em armas para expulsar da sua pátria o colonialismo e o imperialismo.

Como esta manobra não foi levada avante, devido à resistência que a ela opôs o povo angolano e em certa medida o povo português, outras tentativas têm sido feitas e outras táticas tentadas.

tidades entre o Governo português e a direcção do MPLA, chefiada por Agostinho Neto, doa a quem doer, são a prova mais evidente que não é possível descolonizar Angola sem que essa descolonização passe pelo MPLA. Com a assinatura destes acordos, a luta para a independência total e completa não parou; mudou apenas de campo e de táticas". Foi assim que um representante do MPLA anunciou a mudança da luta armada para a luta política. E nesta nova fase que agora se abre, o povo português tem um importante papel a desempenhar, quer desmascarando as posições oportunistas dos grupos fantoches ao serviço do imperialismo, como a UNITA, a FUA, etc., quer apoiando e divulgando as posições do MPLA.

## PORQUE E QUE O MPLA É O LEGÍTIMO REPRESENTANTE DO POVO DE ANGOLA

Não é em conversas, nem apresentando ao povo factos que ele não possa comprovar que se prova que uma linha política é justa ou injusta. É através da prática que isso se prova. E o MPLA tem provado a justeza da sua linha. Desde Dezembro de 1966, data da sua formação, o MPLA tem sido sempre a vanguarda do povo angolano.

Na noite de 4 de Fevereiro de 1961, iniciou a luta armada contra o colonialismo, assaltando as prisões onde alguns camaradas se encontravam presos, e a partir daí consolidou as suas bases como movimento.

Com o desenvolvimento cada vez maior da luta, foi libertando diversas zonas e são essas zonas libertadas uma das provas da justeza da linha do MPLA. Como disse um camarada que usou da palavra durante o comício: "nessas zonas de Angola, o MPLA construiu um tipo de vida diferente. Ai as massas

Criam-se grupos e partidos políticos fantoches, como é o caso da F. U. A. e da FLEC, aos quais se pretende dar representatividade. Permite-se que os colonialistas organizem e financiem verdadeiros exércitos terroristas - FRA e ENSINA.

Manifestações pacíficas de patriotas angolanos são violentamente reprimidas, enquanto manifestações terroristas, nomeadamente dos motoristas de táxis, são toleradas, senão permitidas. Especula-se acerca das dissidências no seio do MPLA ao mesmo tempo que se dá enorme relevo às declarações de Daniel Chipenda, individuo suspeito de ligações com o imperialismo americano, pelas boas relações que mantém com Mbutu e Kaunda, e que já em 1973 auxiliou um grupo de mercenários na tentativa de que estes fizessem de assassinar o presidente Agostinho Neto e alguns elementos da direcção do MPLA. Fazem-se alianças com os traidores da UNITA, extremamente comprometidos com o fascismo e o colonialismo no tempo de Salazar e Caetano, e que ao longo da sua actividade abateram mais revolucionários do MPLA que militares portugueses.

Procuraram isolar e calar o MPLA, porque sabem que é ele o verdadeiro e único defensor dos interesses do povo angolano. E os interesses do povo angolano passam pela destruição completa do imperialismo e da exploração do homem pelo homem. E isso mesmo que não interessa aos imperialistas, porque as enormes fortunas que acumulam são feitas à custa da opressão e exploração de povos e massas trabalhadoras

## A LUTA CONTINUA SOB NOVAS FORMAS

"A assinatura dos acordos de suspensão provisória de hos-



populares são efectivamente detentoras do poder. Um poder organizado pelo povo, exercido por ele e para seu bem. E um novo tipo de sociedade em que são estirpadas todas as formas de discriminação ou exploração nas relações sociais".

Os sectores prioritários do bem estar, como por exemplo a saúde, estão bastante desenvolvidos e todas as pessoas têm direito a uma assistência médica e medicamentosa real e igual para todas.

Também no campo da educação se trabalha e em todas as "aldeias" existem escolas e postos de ensino, para que o resto de analfabetismo deixado pelo colonialismo seja de uma vez para sempre apagado.

## OS OUTROS INTERVENIENTES NO COMICIO

Intervieram também no comício

simpatizantes da FRELIMO, do GADCG (Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné) e da Casa de Timor, que exprimiram o seu apoio à luta do povo angolano e à sua vanguarda - o MPLA. O representante da Casa de Timor criticou também a auscultação que o Ministro da Coordenação Interterritorial fez às populações de Timor, "como se um escravo quisesse continuar a ser escravo".

A ultima oradora foi uma representante da O. M. A. (Organização da Mulher Angolana) que frisou que o colonialismo considerando a mulher interior ao homem, aproveitou esta situação para submeter a mulher a uma super-exploração. Esse conceito já foi refutado pelo MPLA, que não pratica qualquer tipo de discriminação.

Durante o comício, que terminou com o hino do MPLA, foram lidas mensagens do MES e do PRP-BR.

# ENTREVISTA COM ELEMENTOS DA CASA DE ANGOLA

Agostinho Neto dessa conferência, houve uma tentativa de assassinato do presidente do MPLA e que foi muito pouco divulgada.

- Houve realmente. E houve uma tentativa muito mais recente há não mais de três semanas. Comprovada.

Uns individuos saíram de Luanda em avião, com destino a Lusaka para assassinar Agostinho Neto.

Têm sido feitas várias tentativas, mas aí convém salientar o papel dos serviços de segurança que têm detectado todas as tentativas para assassinar o presidente.

«Revolução» - Portanto essas tentativas corresponderão a uma determinada política do imperialismo.

- Exacto. Dentro da posição que eles têm de: mata-se o chefe acaba-se com tudo.

## AS FACÇÕES DENTRO DO MPLA

«Revolução» - A propósito de manobras do imperialismo, gostaria que definisses melhor os papéis do Chipenda e do Mário de Andrade, dentro do MPLA.

- Começarei pelo Mário de

Andrade. Neste momento é uma força integrada. Essa integração começou a ser feita no congresso e agora não representa perigo nenhum para o movimento. Simplesmente eles que haviam feito o grande alarido nos circuitos internacionais de que iriam assumir a presidência do MPLA, fracassaram completamente e foram desmascarados. Depois disso, sabemos que a «revolta activa» (faccção de M. de Andrade) se reintegrou não criando neste momento nenhum obstáculo. Existiam três facções no interior da «revolta activa». Minoritários e oportunistas como eles são e ter que suportar três tendências no seu seio, teriam que ser derrotados.

Quanto a Chipenda, fez parte da orquestração contra o MPLA a que me referi à bocado.

Pretendia criar um clima internacional que lhe facilitasse o caminho para a obtenção do poder. É um caso de sede de poder.

É curioso notar o seguinte: o congresso especial do MPLA que se desenrolou a partir de 12 de Agosto em Lusaka, falhou. Mas uma posição saiu de lá reforçada: a de Agostinho Neto. Porque é a mais correcta, é a que, neste momento corresponde à situação histórica

que Angola vive.

Depois disso houve o acordo entre a direcção legal do movimento e a «revolta activa» e a «revolta de leste» (Chipenda), em que se chegou a uma plataforma de entendimento, na base da qual se iria formar um Comité Central, um Comité Político e em que haveria um presidente e dois vice-presidentes. Mas o articular deste acordo só se tornou ineficaz depois de uma reunião em Lusaka. Aconteceu que Chipenda saiu de Brazaville, foi para o Zaire - talvez para se entender com Mbutu e Holden Roberto - ficou por lá e abriu escritório. Como não tem apoio popular, abre escritório em Kinshaa como sendo do MPLA. E não aparece à reunião de Lusaka, onde deviam estar presentes os signatários para pôr em prática o que tinha sido acordado. E logo a seguir começa a dizer que Agostinho Neto não foi eleito pelo movimento, que ele é que é o presidente. Desenvolve então a tal campanha de auto-promoção. É um individuo com o qual não se pode contar porque põe outros interesses acima dos interesses do movimento. Em vez de servir o povo, quer que o povo o sirva a ele.

A unidade pela unidade não pode

existir.

## IMPOSSIVEL PARAR ANGOLA

- «Revolução» - Atendendo a todos esses factores e jogos de influência, que mais não são que tentativas neocolonialistas, quais são, quanto a vós as perspectivas para Angola?

- Houve a declaração de 9 de Agosto onde se prevê dois anos até à independência, durante os quais haverá um governo de transição, no qual participariam os movimentos de libertação e agrupamentos representativos da minoria branca (isto aliás já foi rebatido num documento do MPLA de 12 de Outubro).

Este plano de descolonização, que se mantém uma vez que foi ratificado pelo Gen. Costa Gomes, é o fulcro da questão em Angola. Mas, claro, tudo dependerá da relação de forças e das consequências a curto prazo do acordo de suspensão das hostilidades.

O processo, no entanto, é irreversível. Não sei onde está a legitimidade de um referendo, ou outras coisas no género. Aliás isto é um insulto ao povo angolano, depois de 13 anos de luta.

É impossível parar Angola, por

mais ginástica política que se pretenda fazer. E quanto mais tempo demorar a resolução do problema de Angola tanto mais determinadas contradições serão agudizadas na sociedade portuguesa.



# LUANDA

## A POPULAÇÃO DOS MUSSEQUES

Recentemente deu-se em Luanda uma série de acontecimentos cuja divulgação se torna necessária pois estes mostram bem o estado de espírito da população perante a actual situação política naquela colónia, cuja descolonização nos deve manter bem vigilantes.

A cidade de Luanda tem quinhentos mil habitantes dos quais só cento e vinte mil vivem na zona urbana, existindo portanto cerca de trezentos e oitenta mil habitantes nos muçeques, bairros de lata, na zona que rodeia a cidade, a zona suburbana, vivendo em condições extremamente precárias sem um mínimo de condições.

Após o 25 de Abril os habitantes desta zona continuaram a ver o desinteresse das novas autoridades administrativas, nomeadamente dos serviços camarários, pelos problemas que os afectavam (condições sanitárias, água) vindo esta situação insustentável a desembocar, no mês passado, numa invasão, por várias cantenas de populares, da sala onde decorria a reunião da vereação. Representando os diversos bairros da cidade e apoiados, na sua justa luta, pelas estruturas locais do MPLA, os manifestantes, ostentando cartazes alusivos às suas reivindicações, exigiram ali a demissão imediata da Comissão Administrativa e a nomeação duma nova Comissão com base na vontade popular, nas Comissões do Povo, eleitas pelos moradores dos diversos bairros e com a colaboração de elementos representativos do MFA. Eleitos

alguns representantes dos manifestantes com elementos do MFA ali chegados, dirigiram-se estes à Junta Governativa onde exuseram a situação ao seu presidente Alm. Rosa Coutinho que admitindo a justeza das reivindicações populares legitimou a destituição da anterior C. Administrativa e a garantia de nomeação em breve de nova Comissão com base nas propostas emitidas pela população da cidade. Mas, enquanto isto se passava, centenas de pessoas permaneciam na Câmara, aguardando o resultado das conversações dos representantes do povo com R. Coutinho, presença essa que provocou, inexplicavelmente a repressão por parte das autoridades policiais que investiram sobre os populares, vindo a provocar vários feridos e presos que imediatamente vieram a ser libertados.

### MPLA - A GUARDA DO POVO

Neste processo é visível a capacidade de luta das massas populares da cidade de Luanda, que redundou numa vitória da população suburbana, justamente dinamizada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola que mais uma vez mostrou a sua capacidade de mobilização, agora em redor dos problemas que afectam a população, mais desprotegida da cidade, a dos muçeques, mobilização essa que levou à resolução dos seus problemas da forma mais justa, pela utilização da

vontade organizada das massas populares, resolvendo sob o seu próprio controlo, democraticamente, os seus problemas.

Resta-nos transcrever um significativo comunicado lido, durante a referida manifestação, por um representante dos manifestantes: "Seis meses passaram na vida desta cidade, após o 25 de Abril, sem que houvesse uma alteração das estruturas capaz de sustentar a vergonhosa administração da Câmara Municipal de Luanda.

O povo verificou que continuava a ser enganado quando o Governo de Silvino Silvério Marques deu um voto de confiança à vereação actual.

Recentemente, o povo também constatou que a Câmara Municipal de Luanda continuava dentro de um espírito fascista, e auto-homenageando-se, chegando ao ponto de conceder medalhas de ouro a vereadores sem qualquer representatividade.

O agravamento da situação criada por essa mesma estrutura, comprova-o a mais recente imagem obtida nas diferentes zonas suburbanas.

Até ao momento, o povo sempre esperou que as autoridades políticas tomassem medidas de saneamento para pôr termo a tal situação.

Tendo, no entanto, verificado que o espírito democrático instituído pelo MFA não foi até agora exercido torna a iniciativa de impedir que esta vereação delibere uma vez mais, e arbitrariamente so-

### MENSAGEM DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO AO COMÍCIO DO M. P. L. A.

Saudamos os camaradas do MPLA neste seu comício em Lisboa. Comício que se devia ter realizado em Agosto, mas que as forças neo-colonialistas do novo poder impediram.

Solidarizamo-nos com os camaradas do MPLA na sua luta actual contra o neo-colonialismo; que tem revestido em Angola as mais variadas formas. As manobras para a aceitação de agrupamentos como a UNITA e a FNLA como interlocutores, as manobras de Chipenda no seio do MPLA, englobam-se numa vasta operação neo-colonialista, tendente a manter em Angola o domínio económico imperialista. Esses interlocutores angolanos mais não são do que agentes em Angola da burguesia imperialista.

O Governo Português tem mantido em Angola uma posição de ambiguidade, iniciada por Spínola e continuada depois da sua saída, que é própria de quem tem no passado um pesado fardo de domínio e guerra colonial.

Mas os 13 anos de guerra travada pelo MPLA, a sua heróicidade, o seu enraizamento na população angolana, a sua profunda adesão ao povo de Angola, triunfarão e derrotarão as manobras coloniais e neo-coloniais. O MPLA é o representante do povo angolano.

O PRP - brigadas revolucionárias reafirma hoje que só a vigilância permitiu aos trabalhadores a tomada do poder. Foi a luta armada que permitiu aos povos das colónias e sua libertação.

O PRP - Brigadas revolucionárias solidariza-se com o MPLA e está disposto, como no passado, a passar das palavras aos actos.

Viva o MPLA!  
Viva a luta armada do povo angolano!  
Abaixo o neo-colonialismo!

bre problemas que apenas só poderão satisfazer os interesses de uma minoria.

Assim:  
O povo exige a nomeação imediata de uma Comissão Ad-

ministrativa constituída por seus legítimos representantes acompanhados por um dos verdadeiros elementos do MFA, passando a ocupar o edifício até à instituição da Comissão Administrativa."

## Cabo Verde

A posição do PAIGC face ao problema de Cabo Verde tem sido e continua a ser bem clara: nenhuma decisão será tomada, desde que vá contra a vontade do povo caboverdeano.

"De maneira nenhuma... Pensamos que o problema do referendo está ultrapassado. É uma concepção anacrónica, que não se poderá aplicar ao povo Caboverdeano, como o não foi para o povo da Guiné."

Continua, o PAIGC, a defender intrinsecamente os interesses do povo de Cabo Verde, como se pode ver pela declaração que a seguir se publica

dação da situação política e social que pode redundar no caos e na violência;

3 - A utilização irracional dos meios postos à disposição da administração, a possibilidade crescente da fome aguda atingir uma grande parte da população pela falta de abastecimentos em géneros de primeira necessidade bem como devido à especulação desenfreada que conduz ao aumento constante do custo de vida;

4 - A perda progressiva de prestígio das autoridades locais junto das populações;

### CONSIDERANDO:

1 - A especulação nos preços como uma prática contrária aos interesses da esmagadora maioria da nossa população;

2 - Toda a tentativa para paralisar ou reduzir a actividade normal das empresas comerciais ou industriais como uma tomada de posição anti-nacional, tendente a criar um clima de instabilidade social a fim de desvirtuar o processo de descolonização em que estamos empenhados,

### APELA:

1 - A todos os caboverdeanos patriotas para que se unam em torno do nosso ideal de independência e justiça social e formem uma verdadeira frente de solidariedade nacional a fim de evitar que a actual situação, já difícil, se converta numa situação catastrófica;

2 - Para todos os comerciantes

caboverdeanos a fim de que façam todos os esforços no sentido de estabilização dos preços e combate à inflação;

3 - Para todos os industriais e outros caboverdeanos em con-

teresses de Cabo Verde.

A DIRECÇÃO NACIONAL DE CABO VERDE DO PAIGC, consciente de que só na independência o Povo Caboverdeano poderá resolver todos os pro-

Português resolvido pela via das negociações, vontade essa frequentes vezes expressa de maneira eloquente em propostas concretas formuladas, em nome da Direcção do Partido, pelo seu fundador e primeiro dirigente, o saudoso camarada Amílcar Cabral, expressa também na Declaração do Comité Executivo da Luta do nosso Partido de 6/5/74, que abriu o caminho para as negociações que conduziram ao reconhecimento pelo Governo Português da independência da Guiné e do direito do povo Caboverdeano à autodeterminação e independência, provando mais uma vez que o nosso Partido não confunde o Povo Português com o colonialismo português que queremos destruir na nossa Terra.

### EXIGE

Ao Governo Português a reabertura imediata das negociações com o nosso Partido no seguimento dos compromissos constantes do Protocolo do Acordo assinado a 26 de Agosto de 1974 em Argel entre o PAIGC e o Governo Português, com vista a definir as vias concretas para o acesso de Cabo Verde à completa independência, único meio para por termo ao clima de desconfiança existente, susceptível de se converter em caos económico-social e de gerar confrontações de consequências imprevisíveis.

Praia, Cabo Verde, 24 de Outubro de 1974

A DIRECÇÃO NACIONAL DE CABO VERDE DO PAIGC

## DECLARAÇÃO DO P.A.I.G.C.



dições de investir para que apliquem os seus recursos em Cabo Verde por forma a valorizar a nossa terra e a começar a orientar a nossa economia no sentido da defesa e preservação dos verdadeiros in-

teresses que afligem a nossa sociedade, coerente com a linha traçada pelo nosso glorioso Partido no que respeita à vontade inquebrantável de ver o conflito que opõe o nosso Povo ao Estado

### CONSTATANDO:

1 - A incapacidade de administração colonial em Cabo Verde para resolver a situação de crise política e económica existente;

2 - A tendência para a degra-

# DOLÁRES NATO & Cia.

Dois assuntos de reconhecida importância dominaram e dominam as relações entre Portugal e os E. U. A.: o auxílio material e técnico e a famigerada N. A. T. O.

Diga-se desde já que Portugal está longe de constituir excepção, tão vastas (mau grado os recuos a que têm sido obrigadas) são a presença e a influência americanas. E mais do que a grandeza, é a qualidade dessa presença e dessa influência que tem motivado rios de tinta e de análise (diversa, já se vê) da política externa americana, política essa que inscreveu na memória de cada um nomes como os de Marshall, Truman, Eisenhower, J. Kennedy, Mc Namara, Johnson, Nixon, Kissinger, etc., nomes estes que não se tornaram conhecidos através de discursos, antes por estarem estreitamente ligados a feitos sentidos na carne por centenas e centenas de milhões de homens.

E. U. A. - VANGUARDA  
IMPERIALISTA

Beneficiando do facto de a Segunda Grande Guerra a ter poupado dos desgastes sofridos pela Europa e o Japão, a América viria a aproveitar-se do facto para se colocar irreversivelmente na liderança do mundo capitalista, liderança essa que assentava no extraordinário desenvolvimento económico e lhe proporcionou lugar único nos campos financeiro, cultural e militar.

O grande "auxílio" do pós-guerra com que os E. U. A. "brindaram" a Europa - o famoso Plano Marshall - abre as portas do mundo capitalista ao domínio e exploração ianques. Ora à medida que se multiplicavam os tentáculos americanos nos cinco continentes no campo económico e financeiro, ia-se desenvolvendo todo um aparelho diplomático-cultural-policial-militar que colocava a quase totalidade dos países capitalistas na inteira dependência de Washington.

É assim que as mais importantes empresas multinacionais são dominadas por capital americano, o dólar adquire posição privilegiada no mercado monetário, a técnica e as indústrias de ponta são monopólio americano, Hollywood fabrica quilómetros de filmes anticomunistas que percorrem todos os cantos do globo, a C. I. A.

penetra em tudo quanto lhe cheira a político-militar, as bases americanas em território estrangeiro multiplicam-se e o espaço marítimo passa a ser traçado pelas múltiplas rotas das múltiplas esquadras de navios de guerra americanos.

Evidentemente, os efeitos desta omnipresença não se fizeram esperar e acerca destes é sintomático registar que enquanto os golpes de Estado anteriores à Segunda Grande Guerra tinham o selo dos Serviços Secretos ingleses, a C. I. A. toma a tarefa em mãos a partir de então ao ponto de quase deixar transparecer a ideia de ter adquirido direitos de exclusividade em tal matéria. Em toda a América Latina, em muitos dos países da África e da Ásia, na própria Europa (a Grécia é o exemplo mais recente), a C. I. A. muda regimes a seu bel-prazer, sempre em nome da liberdade, mesmo quando as mudanças acarretam milhares de mortos e a implantação do fascismo como foi o recente caso do Chile.

PRESENÇA: FIM E PRETEXTO

Mesmo que apenas consideremos o lado económico da expansão norte-americana, verifica-se que os investimentos são, para o país receptor, uma via de escoamento das riquezas social e natural que se salda nos mais altos níveis de exploração. Acrescenta-se, entretanto, que a presença económica (e financeira) é suporte e pretexto de uma penetração política e militar que tem por "generoso" objectivo possibilitar uma intervenção no xadrez político nacional através do jogo de influências ou mesmo da parada militar.

Os resultados práticos do quadro traçado são de tal modo negros que seria inteira demonstração do mais acabado masoquismo não manifestarmos a inquietação e o repúdio suscitados pelas relações e presença do imperialismo americano em Portugal.

Falar-se de apoio financeiro, económico e técnico dos E. U. A. nos termos em que frequentemente se fala nos meios oficiais é, objectivamente, convidar os trabalhadores portugueses a aceitarem uma ainda mais acentuada situação de exploração. E tudo isto se faz em nome da

"democracia", da "economia nacional" e... do "interesse nacional".

Falemos claro. O que os E. U. A. podem fazer é, paralelamente à exploração económica de que não prescindem, intervir no sentido de auxiliar o grande capital a adiar a morte do sistema capitalista, em Portugal. Intervir, nesse caso, é claro, concomitantemente à defesa dos seus próprios interesses materiais e políticos.

AUXILIAR, COMO E PARA QUÊ?

Poderão inclusivamente os E. U. A. materializar o seu "auxílio" através do fornecimento de géneros de consumo como trigo, carne, peixe, leite, fibras, etc., etc. É o "auxílio do amigo da onça", na medida em que nada resolve (o problema é de produção e não de aquisição), antes coloca o "beneficiário" na inteira dependência de tais fornecimentos. Em certa escala, aliás, este jogo efectuou-se no Chile de Allende...

A condução de tal política em Portugal não nos surpreende. A política reformista do Governo Provisório, incapaz de assumir as tempestades que semeia, continuará a ser uma política de remendos. Só que a tensão social e política - que irá inevitavelmente agravar-se nos próximos tempos - ultrapassa e muito a capacidade de resistência de uma tal manta de retalhos.

O beija-mão ao imperialismo americano é mais um remendo do tipo de muitos outros que interna e externamente se têm feito e que são fruto das contradições inerentes a um regime que teima em não optar nem pelo capital financeiro nem pelo proletariado, tentando simultaneamente não ser contra nenhum deles!!! É aquilo a que temos chamado de POLÍTICA IMPOSSÍVEL.

Fala-se em antimonopolismo, e estende-se a mão ao maior bloco de concentração de capital!

Fala-se em independência nacional, e fazem-se tramóias com o "supra-sumo" do imperialismo!

O ANTIMONOPOLISMO  
E AS NACIONALIZAÇÕES

Quem se esqueceu dos apuros em que Vasco Gonçalves se meteu quando, na TV, tentou dar uma definição de antimonopolismo que nada tinha de contramonopolista?

É que falar de antimonopolismo sem falar e, sobretudo, proceder a nacionalizações é motivo para provocar gaguez a qualquer...

Curiosamente, a não-nacionalização é por vezes justificada com a alusão à possibilidade de intervenção militar dos E. U. A.

Para esses senhores, o poderio americano justifica a penetração americana. É o ciclo vicioso em que fatalmente cai quem, por fraqueza, recua perante o inimigo e, ao fazê-lo, lhe permite o reforço das suas posições. E neste caso a fraqueza é tal que sugere mesmo colaboração. Como explicar, pois, as constantes reafirmações de fidelidade a esse aparelho de opressão e de destruição que é a N. A. T. O.?

Tem-se a intervenção dos E. U. A.? Então porque razão Mário

# Revolução

## EDITORIAL

Assistimos na última semana a grandes mistificações. O Sr. António Champalimad diz que não tem nada que ver com a "maioria silenciosa". O MDP/CDE diz que não tem nada que ver com o PCP. Tudo isto em nome do país, do bem colectivo e... do programa do MFA, como sempre. Há mesmo um senhor que escrevendo para um jornal episcopal pede que se proíba o filme "O último tango em Paris", porque é contra o programa do M.F.A.!

Tudo isto seria divertido se estivessemos simplesmente a assistir a uma opereta. Mas a verdade é que se trata da vida dos trabalhadores, da possibilidade de sofrerem ou não um golpe fascista, de se fazer ou não a revolução socialista.

O eleitoralismo é um mal terrível em qualquer lado, porque cria ilusões de que algo se possa modificar por eleições, porque põe interesses partidários à frente de quaisquer outros. Mas em Portugal é pior que isso - o eleitoralismo pode ser fatal, porque desvia os trabalhadores da luta principal, porque cria divisões, porque cega os intervenientes, porque possibilita o golpe fascista.

A luta entre partidos com vista às eleições, a concorrência, o despique, são realmente tudo menos organização dos trabalhadores para a defesa contra o fascismo.

Temos assistido na última semana a uma discussão entre o P.S. e o P.C., que promete vir a agravar-se. Se essa discussão dissesse respeito aos grandes objectivos, à tática a seguir, à organização da classe operária seria justa. Seria justa e até seria proveitosa. Mas não... Essa discussão, diz respeito às eleições! Diz respeito a problemas de método, a problemas de processos, não diz respeito ao conteúdo da luta e à forma de a travar. Daqui em diante a única luta que se travará é a duns partidos contra os outros na concorrência eleitoral.

Tudo é um absurdo. Desde a lei, que não podia deixar de ser burguesa, mas que é anti-democrática nas suas próprias limitações burguesas, visto que só permite que só partidos concorram às eleições (e partidos com 5000 proponentes!). Até à própria transformação do MDP-CDE em partido, em que tudo fica camuflado.

O responsável por esta lei como por outras é o Governo Provisório. A ele se pode responsabilizar que os partidos de esquerda se vejam obrigados a oferecer à luz do dia 5000 nomes. A ele se pode responsabilizar por transformar o terreno da luta contra o fascismo em terrenos de luta livre entre partidos concorrentes.

Diz certo comentador medíocre acerca de Portugal, neste momento: "Um país com tão elevado, com tão notório índice de ignorância ou indiferentismo político" (não, não é fascista este senhor, é "democrata"!); Claro, é contanto que isto é um país de parvos que se dizem e fazem tantos disparates. E contanto que os trabalhadores deste país são um bando de carneiros que os senhores políticos se dão ao gosto de se degladiarem na concorrência eleitoral.

Mas isto não é um país de parvos, nem os trabalhadores um bando de carneiros. Os trabalhadores vêem. Os trabalhadores podem, não saber o que significam certas palavras, podem não distinguir o que é esta ou aquela sigla, podem não fazer a menor ideia do que é stalinismo, revisionismo, trotskismo, maioismo, marxismo-leninismo, etc., mas o que têm decerto é a consciência de que são explorados e que essas lutas entre partidos concorrentes nada têm a ver com a sua luta contra a exploração. Têm a consciência de classe suficiente para perceber que a luta é contra a burguesia e que é uma luta violenta e que o poder nunca se tomou por eleições. Têm o bom senso suficiente para ver que é escandaloso este combate de influência (de meios técnicos, de dinheiro para sedes, propaganda, etc.), que é uma luta própria da burguesia, que é uma brincadeira que lhe passa ao lado, mas que é uma brincadeira com fogo.

Soares é tão "meiguinho" quando trata o problema da presença americana nos Açores? Objectivamente, mais não faz do que oferecer aos ianques a possibilidade da sua utilização para o que der e vier. A não ser que Mário Soares assim proceda por solidariedade com o fascismo-imperialismo israelita...

RECUAR E MORRER

As esquadras norte-americanas que se passeiam nas proximidades da costa portuguesa fazem lembrar episódios históricos dramaticamente célebres. Mas não são os interesses económicos americanos em Portugal e o pacto militar da N. A. T. O. que, conjugados, constituíram o melhor pretexto para uma possível intervenção? Terá sido loucura de Fidel Castro

a resistência ostensiva ao bloqueio militar de Kennedy ou, pelo contrário, a única maneira de fazer recuar Washington?

Terá sido aventura a resolução da Coreia, do Vietname, do Camboja e do Laos de fazer face ao poderio militar norte-americano ou, ao invés, a única forma de travar o passo aos desígnios do imperialismo?

Recuar é oferecer de bandeja ao inimigo posições fundamentais. A batalha do momento deve consistir, exactamente, na recuperação de algumas dessas posições.

FORA COM A PRESENÇA AMERICANA!  
CONQUISTEMOS UMA POSIÇÃO DE NÃO-ALINHAMENTO MILITAR!

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral - 60\$00

Anual - 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque   
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4